



RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS MARÇO/2023

IPMU/050/2023



1- Introdução

O **Relatório Mensal de Investimentos** do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba - IPMU, referente ao mês de **março de 2023** apresenta as operações dos ativos alocados em fundos de investimentos e aderência à Política de Investimentos e Meta Atuarial para o exercício de 2023.

O Relatório tem por finalidade demonstrar o cenário econômico, as informações relevantes sobre os investimentos e apresentar a evolução patrimonial dos recursos financeiros do IPMU no mês, em consonância com a legislação em vigor, a transparência da gestão e a diligência dos produtos que compõem a carteira de investimentos do IPMU, atendendo a Política de Investimentos - Manual Pró-Gestão. Também busca informar à sociedade os dados quantitativos e qualitativos da Carteira de Investimentos, detalhando os ativos financeiros que a compõe, os indicadores de desempenho e gerenciamento de riscos, levando em consideração o cenário econômico do período de referência.

2- Legislação

A Gestão dos Investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba - IPMU é conduzida em conformidade com a legislação que rege as aplicações dos recursos financeiros no âmbito do Regime Próprio de Previdência:

- Resolução Conselho Monetário Nacional - CNM nº 4.963/2021, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituído pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- Portaria 419/2002, da Secretaria de Previdência Social, que dispõe sobre a fiscalização dos Regimes Próprios de Previdência Social, delegando o credenciamento e outras disposições;
- Portaria 519/2011, da Secretaria de Previdência Social, que dispõe sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social, instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e altera redação da Portaria MPS 204/2008 e da Portaria MPS 402/2008;

- Portaria 185/2015, da Secretaria de Previdência Social, que institui o Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - "Pró-Gestão RPPS";
- Política Anual de Investimentos – PAI 2023.

3- Certificação Institucional RPPS

O Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba - IPMU realizou a “ADESÃO ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios Pró-Gestão RPPS”, em 04 de abril de 2018. Em **31/10/2018 o IPMU foi certificado no Nível I e em 16/06/2021 alcançou o Nível III.**

O Pró Gestão RPPS é um programa de certificação que visa ao reconhecimento das boas práticas de gestão adotadas pelos RPPS. É a avaliação por entidade certificadora externa, credenciada pela Secretaria de Previdência - SPREV, do sistema de gestão existente, com a finalidade de identificar sua conformidade às exigências contidas nas diretrizes de cada uma das ações, nos respectivos níveis de aderência.



FUNDAÇÃO VANZOLINI

CERTIFICADO DE CONFORMIDADE

A FUNDAÇÃO CARLOS ALBERTO VANZOLINI
certifica que o RPPS

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE UBATUBA – IPMU
Rua Paraná, 408 – Ubatuba – SP – Brasil

vinculado ao ente federativo

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBATUBA

implementou os requisitos do

PRÓ-GESTÃO RPPS

"Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios", instituído pela Portaria MPS nº 185/2015, obtendo a certificação institucional no

Nível I

por meio de auditoria realizada pela Fundação Vanzolini, tendo atendido ao estabelecido no Manual do Pró-Gestão RPPS, aprovado pela Portaria SPREV nº 3/2018.

Este certificado é válido até: 30 de Outubro de 2021

Número do certificado: RPPS-0002-2018

São Paulo, 31 de Outubro de 2018.


 FUNDAÇÃO CARLOS ALBERTO VANZOLINI
 Rua Canhorã, 253
 Alt. da Lagoa - São Paulo - SP - Brasil
 A validade deste documento poderá ser confirmada em:
<http://www.vanzolincert.org.br/validade/>

M04494




FUNDAL 2016 - RECONHECIDO

CERTIFICADO

O Instituto de Certificação Qualidade Brasil
certifica que a empresa:

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE UBATUBA –
IPMU**

Endereço: Rua Paraná, nº. 408, Centro, CEP: 11.680-000

Vinculado ao ente federativo do
Município de Ubatuba

Implantou os requisitos do

PRÓ-GESTÃO RPPS

"Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios", instituído pela Portaria MPS nº 185/2015, obtendo a certificação institucional no

Nível III

por meio de auditoria realizada pelo Instituto de Certificação Qualidade Brasil - ICQ Brasil, tendo atendido ao estabelecido no Manual do Pró-Gestão RPPS, aprovado pela Portaria SPREV nº 3.030/2021.

Validade do Certificado: 05/05/2024
Certificado Nº - CPG: 90/2021


 Goiânia, 16 de junho de 2021
 Av. Araguata, nº 1644, Ed. Albano Franco,
 St. Leste Vila Nova – Goiânia – GO – CEP 74846-970





4- Cenário Macroeconômico

No **cenário internacional**, as atenções se voltam para o setor bancário, com incertezas em relação à situação de liquidez dos bancos. Apesar da crise, bancos centrais da Europa e dos Estados Unidos mantiveram suas políticas e elevaram suas taxas de juros.

O destaque foi um sentimento mais negativo em relação ao crescimento global, com efeitos em atividade projetada em razão de uma possível oferta de crédito mais restrita.

Uma crise financeira não parece ser um risco iminente ao cenário, com impactos já observados em pequenos bancos, mas algo absorvido pelo sistema. Por outro lado, a elevada incerteza é um ponto importante para ficarmos de olho em um ambiente em que é necessária uma contração da atividade econômica, para que a inflação seja controlada de forma consistente.

As curvas de juros ao redor do mundo mostraram muita volatilidade no mês, com o resultado sendo, em geral, uma precificação de juros apontando para um nível mais baixo do que o observado anteriormente.

Economia global apresentou melhora em março, com aumento no setor de serviços e leve piora na indústria. O índice PMI Composto global avançou de 52,1 pontos em fevereiro para 53,4 em março, ao passo que a indústria teve ligeira queda, alcançando 49,6 pontos em março. Os indicadores de preços tanto de insumos como de bens finais permaneceram acima da marca de 50, indicando elevação, porém com registros menores do que os de fevereiro, o que pode sinalizar um alívio nas pressões sobre a inflação. A Zona do Euro, por sua vez, apresentou considerável melhora, avançando de 52 para 53,7 pontos; a alta foi fortemente impactada pelo setor de serviços, cujo índice aumentou de 52,7 para 55, influenciado por uma alta na demanda. A China, por fim, superou as expectativas, atingindo 57 pontos, puxada pelo setor não manufatureiro.

Estados Unidos

Nos EUA, a taxa de juros básica foi elevada em 25 pb para o intervalo entre 4,75% e 5,00%. Em relação ao cenário, a instituição considerou que os indicadores recentes sinalizam um crescimento modesto no consumo e na produção, embora tenha havido aumento na criação de vagas e a taxa de desemprego permaneça baixa, além de apontar que a inflação permanece elevada. O comunicado apontou que as incertezas relacionadas ao sistema bancário devem provocar uma contração no crédito, a qual deve impactar atividade, mercado de trabalho e inflação, tendo reconhecido que a extensão destes efeitos é incerta. O comitê indicou que, diante do novo quadro no sistema financeiro, apenas algum incremento adicional na taxa de juros poderá de aperto monetário podem ser necessário para levar a inflação à meta de 2%, em oposição à previsão da necessidade de ajustes mais fortes na taxa de juros levantada nas reuniões anteriores do FOMC. Contudo, as próximas decisões permanecem em aberto e dependerão dos reflexos das atuais turbulências no sistema bancário norte-americano. Embora tenham reconhecido a resiliência dos bancos norte-americanos, os membros do FOMC observaram que os recentes eventos no setor bancário podem levar a um aperto adicional nas condições de crédito, especialmente para pequenas empresas, potencializando a retração na demanda agregada e diminuindo as pressões inflacionárias. A considerável incerteza acerca dos impactos no setor bancário na economia real, porém, foi reafirmada continuamente ao longo do documento. Diante dessa incerteza, prevaleceu a percepção de uma inflação inaceitavelmente elevada e de sinais de arrefecimento ainda lentos, demandando a continuidade do aperto monetário. Sobre a atividade econômica, a avaliação foi de que o crescimento deve ser abaixo do potencial, inclusive com uma ligeira recessão a partir do fim deste ano, com recuperação nos dois

anos seguintes. O mercado de trabalho foi avaliado como muito aquecido, com os salários sendo uma fonte de pressão relevante sobre a inflação. Embora a decisão tenha sido unânime pela elevação de 25 pb, membros debateram tanto a possibilidade de não elevação dos juros, como a possibilidade de uma alta de 50 pb. Em nosso cenário, esperamos uma última alta de 25 pb na reunião de maio para o intervalo entre 5,00% e 5,25%, permanecendo nesse patamar por todo este ano.

Zona do Euro

O Banco Central Europeu optou por subir as taxas de juros em 50 pb. Com isso, a taxa de juro aplicável às operações de refinanciamento e as taxas de juro aplicáveis à linha permanente de liquidez e de depósito subiram para, respectivamente, 3,50%, 3,75% e 3,00% (essa última taxa sendo a mais relevante). Ainda que essa elevação tenha sido sinalizada desde a sua reunião anterior, em fevereiro, as incertezas relacionadas ao sistema financeiro norte-americano levaram parte do mercado a esperar que a autoridade monetária europeia fosse mais cautelosa. O Banco Central Europeu pautou sua decisão pela situação econômica, em especial, pela visão de que a inflação está bastante elevada e continuará assim por bastante tempo. Como ressaltou que o sistema bancário na região está sólido, com capital adequado e condições de liquidez favoráveis, entendeu que a alta era necessária. Mas, reconhecendo os riscos advindos de uma instabilidade maior dos mercados globais, deixou suas próximas decisões em aberto. Somado a isso, afirmou que tem instrumentos e mecanismos prontos para prover liquidez ao sistema, caso necessário, dizendo que não há conflitos entre a estabilidade de preços e financeira. Para a reunião de maio, os analistas esperam uma redução do ritmo de alta, para 25 pb, até porque a presidente da instituição, Christine Lagarde, chamou atenção para os efeitos já em curso da política monetária. De todo modo, dadas as perspectivas para a inflação e a persistência do núcleo, os juros na região devem continuar subindo nos próximos meses.

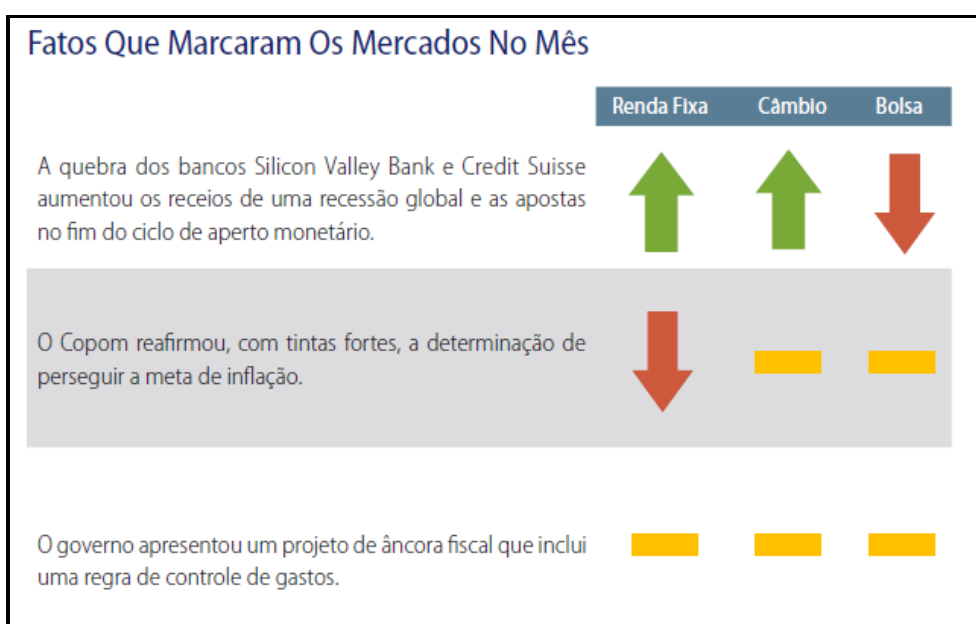
China

Na China, os dados de atividade do primeiro bimestre confirmaram a recuperação após o abandono da política de Covid zero no final do ano passado. Além da melhora do consumo, decorrente da maior mobilidade e da reabertura, o desempenho dos investimentos em infraestrutura e do setor imobiliário também surpreenderam de forma positiva. Assim, a produção industrial avançou 2,4% nos dois primeiros meses deste ano em relação ao mesmo período do ano passado, levemente abaixo do esperado (2,6%), mas melhor que o registrado em dezembro. As vendas do varejo registraram elevação de 3,5% no período, dentro do esperado, revelando importante retomada ante 2022. Os investimentos em ativos fixos acumularam expansão de 5,5% neste ano, acima da alta projetada de 4,5%, impulsionados pelas inversões em infraestrutura. Por fim e bastante importante é a melhora do setor imobiliário. Destaque para as quedas interanuais, menos acentuadas, das vendas (0,6%) e de lançamentos de imóveis (8,7%), na somatória de janeiro e fevereiro em relação ao mesmo mês do ano passado. Em 2022, essas estatísticas indicaram contrações de 26,8% das vendas e 39,8% de lançamentos de imóveis. Os preços dos imóveis, na mesma direção, reverteram uma sequência de 15 quedas consecutivas na margem, ao subir 0,3% em fevereiro. O banco central do país anunciou a redução de 0,25 p.p. do compulsório sobre as reservas bancárias, para dar suporte à economia. Portanto, esses resultados e essa ação de melhora da liquidez, somados aos sinais favoráveis que temos de março, reforçam as perspectivas favoráveis para a economia chinesa em 2023, que deve crescer ao menos 5,5%.

Surpresas positivas vindas dos dados de crédito e das exportações indicam crescimento forte da economia chinesa no primeiro trimestre deste ano. Em março, as importações e exportações surpreenderam de forma positiva, com queda de 1,4% e expansão de 14,8%, respectivamente, na comparação com mesmo mês do ano passado, ante expectativas de retrações de 6,4% e 7,1%. Parte do forte resultado das vendas externas deve ser atribuída à normalização das entregas após interrupções decorrentes do surto de casos de Covid em dezembro e do feriado do ano novo lunar em janeiro. Apesar desse resultado verificado em março, as exportações tendem a enfraquecer nos próximos meses, tendo em vista a desaceleração da economia mundial. Analistas mantêm avaliação mais favorável para a economia chinesa, ressaltando que a retomada deve ser consolidada ao longo dos próximos meses à medida que (i) as concessões de crédito impactem o consumo e os investimento e (ii) a confiança das famílias e das empresas avance de forma sustentável.

Chile

O Banco Central do Chile manteve a taxa básica em 11,25% ao ano, em linha com as expectativas do mercado. Em seu comunicado, o banco central manteve a preocupação com a leve desaceleração dos indicadores de inflação no país nos últimos meses, com os núcleos de inflação (métricas que descontam os itens mais voláteis da cesta de inflação) mostrando surpresas altistas nas leituras mais recentes. Além disso, reforçou que as expectativas de inflação, embora estáveis, continuam acima da meta para 2023 e 2024. Em relação à atividade, o banco central reforçou que os dados do final do ano de 2022 e início de 2023 apontam para uma desaceleração mais lenta que a esperada, reforçando a forte retomada do indicador de consumo doméstico na última leitura do PIB de 2022. Nesse cenário, no boletim de política monetária também divulgado nessa semana, o banco central chileno retardou, mais uma vez, um possível cenário de corte de juros no país, estabelecendo no relatório que o novo ciclo de queda de juros deverá ter início no terceiro trimestre, e não mais no segundo trimestre desse ano.



5- Cenário Doméstico



No **Brasil**, o cenário permanece de desaceleração, mercado de trabalho apresenta movimento de arrefecimento e inflação volta a registrar acumulado de 12 meses abaixo do teto da meta, pela primeira vez desde 2021. Os últimos dados trazem evidências de que a desaceleração da atividade já teve início no fim de 2022 e deve apresentar continuidade. Os desafios para a inflação seguem presentes, ainda que a economia esteja apontando para o início de um processo de desaceleração da atividade. Será importante monitorar as expectativas de inflação, o câmbio e incertezas em geral (permeando a política fiscal e monetária), para compreender a velocidade de convergência da inflação para a meta. A leitura geral é de que os desafios que impedem um corte próximo da Selic seguem presentes e o Banco Central irá observar atentamente os próximos dados para calibrar o momento exato para o início da flexibilização.

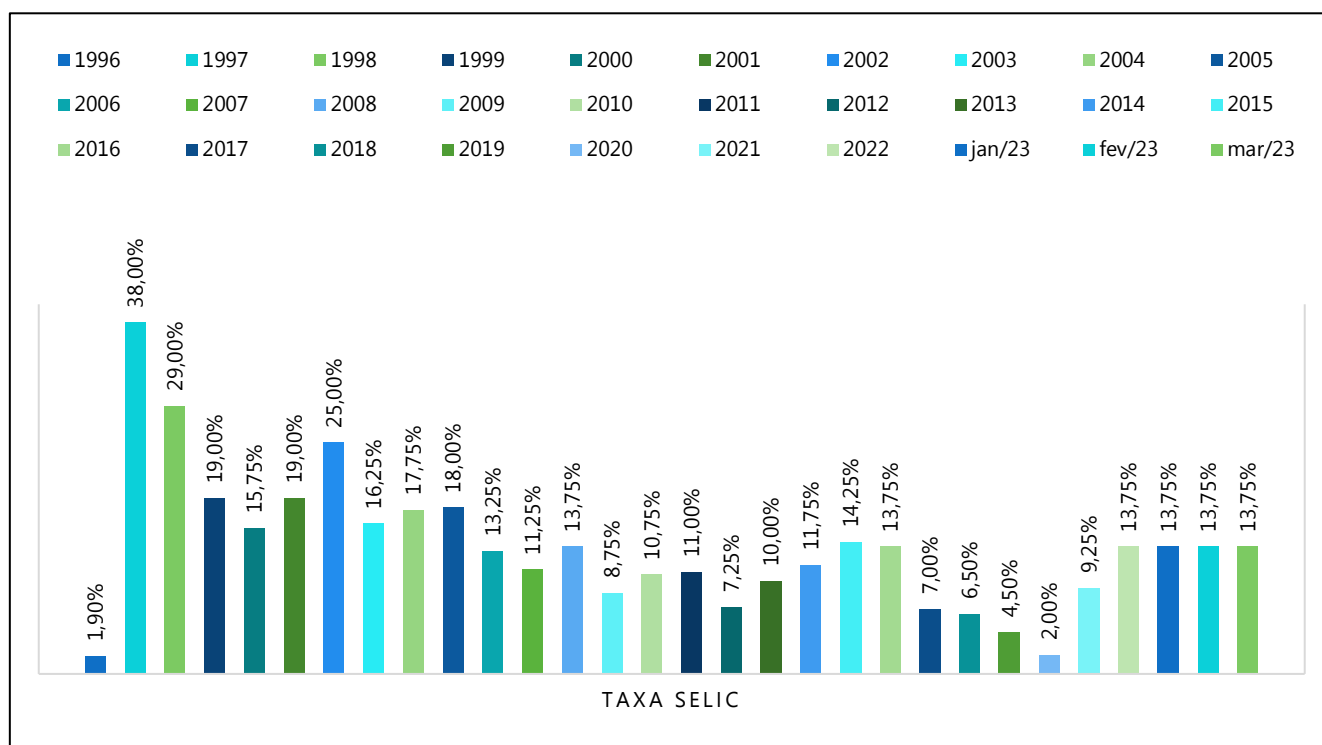
O governo apresentou as principais diretrizes do Novo Arcabouço Fiscal. Segundo a proposta, a evolução da despesa real estará limitada a 70% da receita primária, considerando o realizado nos últimos 12 meses. A despesa terá bandas, podendo ser expandida no máximo 2,5% ao ano, e no mínimo 0,6% ao ano. A regra também contemplará o estabelecimento de metas de resultado primário. As metas estabelecidas foram -0,5% do PIB (2023), 0% do PIB (2024), 0,5% do PIB (2025) e 1% do PIB (2026), com bandas de 0,25%. Caso o resultado primário fique acima do teto banda, o excedente será utilizado para investimentos, ao passo que se o resultado ficar abaixo da banda o crescimento da despesa no exercício seguinte estará limitado a 50% da receita primária. Analistas avaliam que o estabelecimento de uma regra é de fundamental importância para a consolidação da confiança dos agentes no médio prazo. Embora todos detalhes da proposta ainda não sejam conhecidos, destacam elementos positivos como a utilização da receita realizada (evitando superestimação da receita), as poucas exceções na regra, a presença de um mecanismo de correção dos desvios do resultado primário e o incentivo para a reavaliação das desonerações. Por outro lado, outros aspectos demandam alguma cautela, como o incentivo para a criação de impostos em momentos de desaceleração econômica e a possibilidade de receitas extraordinárias serem utilizadas para o uso de despesas permanentes. De modo geral, a regra contribui para aumentar a previsibilidade da política fiscal nos próximos anos.

5.1- Taxa Básica de Juros

Copom confirma projeções do mercado e mantém taxa Selic em 13,75%. Em decisão esperada pelo mercado financeiro o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central manteve a taxa básica de juros, a Selic, em 13,75% ao ano. A decisão foi tomada por unanimidade após dois dias de reunião, numa demonstração de apoio ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, que nos últimos meses tem sido acossado por críticas vindas tanto do governo quanto do meio empresarial e acadêmico em relação à política de juros altos. No comunicado o Copom explicou as razões da manutenção da Selic no atual patamar. Segundo o comunicado, o ambiente internacional se deteriorou

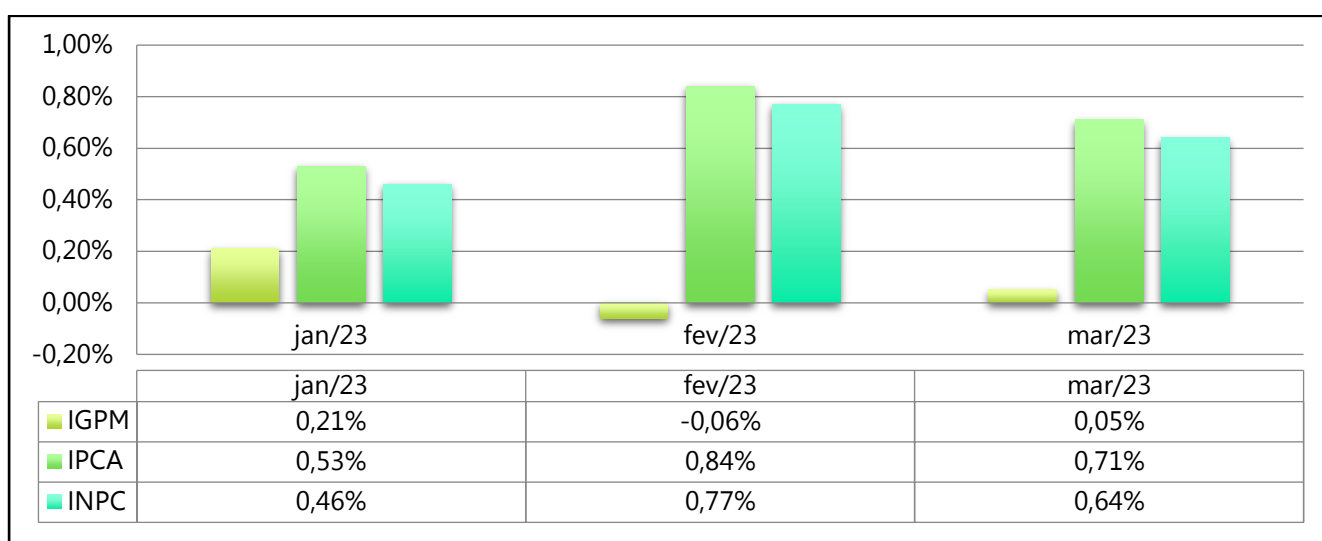
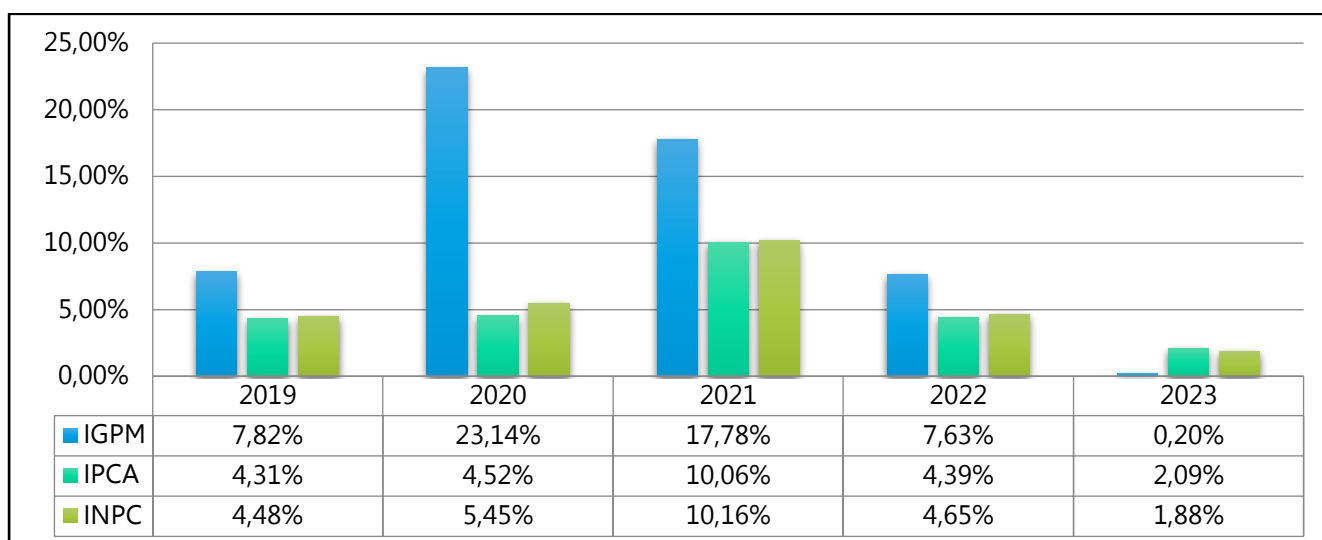
desde a última reunião do órgão, com bancos nos Estados Unidos e na Europa em problemas e a inflação resistindo na maioria dos países. Na economia doméstica, a desaceleração continua, com a inflação acima do teto da meta. O texto também menciona incertezas em relação ao futuro arcabouço fiscal em elaboração pelo governo, mas elogia a recente reoneração parcial da gasolina e do etanol. Essa foi a quinta reunião seguida em que o Banco Central não mexeu na taxa, que está nesse nível desde agosto do ano passado numa tentativa de trazer a inflação para dentro da meta de 3,25%, traçada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais e para menos. O IPCA, portanto, não podia superar 4,75% nem ficar abaixo de 1,75% neste ano e as projeções do Boletim Focus apontam para um índice de 5,95% ao final de 2023 e de 4,11% ao final de 2024.

O mercado precifica uma queda significativa da Selic em 2023 e 2024, especialmente quando se decompõe a curva de juros entre mudanças no valor esperado da Selic e um prêmio de risco. Os economistas ainda divergem sobre o provável caminho da taxa do Banco Central, com alguns apontando para a desaceleração da economia e outros para os riscos fiscais que poderiam ter impacto na inflação por canais nem sempre explicitados, mas que podem ser simplificados agrupados entre o de impulso à demanda e o de piora do câmbio. A seguir verificam-se esses principais fatores, destacando-se o efeito acumulado do aperto monetário iniciado há dois anos sobre a economia nos próximos meses, especialmente na ausência dos estímulos fiscais e parafiscais que marcaram 2022, além de menções ao impacto do anúncio do arcabouço fiscal nas expectativas e ao desempenho das exportações ao longo do ano em um ambiente de aparente acomodação da política monetária americana.



5.2- Inflação

O IPCA registrou alta de 0,71% em março, acumulando 4,65% nos últimos 12 meses e 2,09% no ano. No resultado do mês, oito dos nove grupos apresentaram alta, apenas “artigos de residência” registrou queda, de 0,27%. O resultado de março pode ser explicado pelo aumento no preço da gasolina, que por conta da reoneração dos combustíveis apresentou alta de 8,33% no mês e impactou 0,39 ponto percentual o índice como um todo. O resultado veio abaixo do esperado pelo mercado, que estimava alta de 0,77% para o mês.



5.3- Relatório de Mercado

24 de março de 2023

▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade

Expectativas de Mercado

Mediana - Agregado	2023							2024						
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***
IPCA (variação %)	5,90	5,95	5,93	▼ (2)	149	5,96	93	4,02	4,11	4,13	▲ (2)	142	4,18	89
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	0,84	0,88	0,90	▲ (1)	109	0,98	54	1,50	1,47	1,40	▼ (2)	98	1,25	49
Câmbio (R\$/US\$)	5,25	5,25	5,25	= (8)	116	5,25	63	5,30	5,30	5,30	= (4)	109	5,30	61
Selic (% a.a)	12,75	12,75	12,75	= (6)	139	12,75	77	10,00	10,00	10,00	= (6)	133	10,00	76
IGP-M (variação %)	4,54	4,08	4,00	▼ (2)	79	3,83	44	4,17	4,20	4,20	= (1)	66	4,19	38
IPCA Administrados (variação %)	9,04	9,36	9,48	▲ (17)	99	9,64	64	4,43	4,50	4,40	▼ (1)	82	4,49	56
Conta corrente (US\$ bilhões)	-50,00	-50,00	-50,40	▼ (1)	29	-51,80	9	-50,25	-50,69	-51,39	▼ (1)	28	-52,55	8
Balança comercial (US\$ bilhões)	57,35	55,00	55,00	= (1)	29	57,70	11	54,50	54,80	52,44	▼ (2)	26	57,95	9
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	80,00	80,00	80,00	= (13)	25	80,00	8	80,00	80,00	80,00	= (8)	24	80,00	7
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	61,23	60,90	61,00	▲ (1)	28	61,30	9	64,00	64,50	64,50	= (1)	25	64,75	8
Resultado primário (% do PIB)	-1,03	-1,01	-1,02	▼ (2)	42	-1,03	16	-0,80	-0,80	-0,80	= (1)	38	-0,75	15
Resultado nominal (% do PIB)	-7,85	-7,80	-7,80	= (1)	29	-7,70	7	-7,20	-7,42	-7,40	▲ (1)	26	-7,10	6

31 de março de 2023

▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade

Expectativas de Mercado

Mediana - Agregado	2023							2024						
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***
IPCA (variação %)	5,90	5,93	5,96	▲ (1)	149	6,03	52	4,02	4,13	4,13	= (1)	142	4,05	50
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	0,85	0,90	0,90	= (1)	107	0,85	33	1,50	1,40	1,48	▲ (1)	96	1,50	29
Câmbio (R\$/US\$)	5,25	5,25	5,25	= (9)	112	5,20	40	5,30	5,30	5,30	= (5)	104	5,25	39
Selic (% a.a)	12,75	12,75	12,75	= (7)	137	12,50	63	10,00	10,00	10,00	= (7)	130	10,00	60
IGP-M (variação %)	4,11	4,00	3,70	▼ (3)	78	3,51	31	4,17	4,20	4,20	= (2)	66	4,20	29
IPCA Administrados (variação %)	9,05	9,48	9,65	▲ (18)	98	9,95	28	4,40	4,40	4,40	= (1)	81	4,31	26
Conta corrente (US\$ bilhões)	-50,00	-50,40	-50,84	▼ (2)	26	-51,80	9	-51,50	-51,39	-52,50	▼ (2)	25	-53,60	8
Balança comercial (US\$ bilhões)	57,00	55,00	55,00	= (2)	25	56,24	8	55,00	52,44	52,44	= (1)	22	58,00	6
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	80,00	80,00	80,00	= (14)	23	80,00	7	80,00	80,00	80,00	= (9)	22	80,15	6
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	61,00	61,00	61,15	▲ (2)	26	61,50	6	64,00	64,50	64,50	= (2)	22	64,00	4
Resultado primário (% do PIB)	-1,00	-1,02	-1,01	▲ (1)	40	-1,10	11	-0,75	-0,80	-0,80	= (2)	36	-0,75	9
Resultado nominal (% do PIB)	-7,85	-7,80	-7,80	= (2)	26	-7,80	7	-7,35	-7,40	-7,10	▲ (2)	23	-7,00	5

6- Aplicações Financeiras

Pelo terceiro mês consecutivo a indústria de fundos de crédito teve um desempenho aquém do esperado. O mês de março mostrou uma melhora em relação aos meses anteriores, mas de forma geral, os fundos não superaram o CDI. Assim, o comportamento do mercado no primeiro trimestre de 2023 está longe do imaginado ao fim de 2022.

Será que os motivos que nos levaram a esperar um melhor desempenho na indústria de fundos de crédito ao final de 2022 continuam presentes ou algo ocorreu e vivemos uma mudança mais estrutural de cenário?

De acordo com os analistas financeiros os dois principais fatores que nos levaram a crer em um bom desempenho dos ativos de crédito para este ano.

1. O primeiro é o fato de que, num cenário de juros elevados, investir em ativos de crédito de empresas de primeira linha historicamente é uma estratégia vencedora.
2. O segundo é que tecnicamente o mercado estava bem, com fundos recebendo aportes recorrentes e com um percentual de caixa elevado.

Quanto ao primeiro fator, os analistas acreditam que continua válido e, como os preços se tornaram mais atrativos, veem o momento atual como uma boa oportunidade de investimento.

No **mercado internacional**, março foi marcado pela contraposição entre dados econômicos fortes (inflação resiliente e mercado de trabalho aquecido nos EUA e stress no mercado bancário com o estopim foi a queda do Silicon Valley Bank-SVB e do Signature Bank). Esse cenário gerou um movimento de aversão ao risco no mercado externo, face à incerteza quanto aos futuros passos da política monetária dos principais bancos centrais, que tiveram que balancear a continuação do aperto monetário para controlar a inflação com uma cautela adicional para evitar uma crise de crédito.

A reação das autoridades monetárias e fiscais foi rápida e vigorosa. Poucos dias após a queda do SVB e do Signature, o Fed atuou em conjunto com o Tesouro e o fundo garantidor, assegurando a cobertura dos depósitos de ambas instituições financeiras, além de disponibilizar uma nova linha de crédito a todos os bancos, a custo baixo, permitindo o uso de títulos do governo e de agências como garantia ao longo de 1 ano. Na sequência, o pessimismo do mercado foi renovado com o anúncio da venda do banco Credit Suisse para o UBS em 19/03. A ausência de novas quebras no setor após essa data ajudou a reduzir a percepção de risco de crise bancária nas últimas semanas do mês.

No **Brasil**, o mercado continua sujeito à volatilidade causada por incertezas acerca da política monetária e pelas discussões no âmbito fiscal. Do lado monetário, os riscos de crise bancária no exterior se somaram aos temores já existentes de contração no crédito local especialmente após o anúncio de recuperação judicial das Lojas Americanas. Adicionalmente, o governo continua pressionando o Banco Central a iniciar o ciclo de corte de juros, de modo a reduzir o impacto do aperto de condições financeiras sobre a atividade. No entanto, o Banco Central vem mantendo um discurso duro em relação à política monetária, não só sinalizando a impossibilidade de corte de juros no curto prazo, como também mantendo a possibilidade de voltar a subir juros caso julgue necessário.

Continuamos com muita volatilidade nos mercados doméstico e internacional. Lá fora os problemas de solvência de alguns bancos nos EUA e Europa acenderam um alerta aos Bancos Centrais que, apesar de sinalizarem a manutenção de alta de juros para conter a inflação, podem ter que reavaliar os próximos passos, em função dos reflexos no sistema financeiro. Por aqui, tivemos a apresentação do arcabouço fiscal pelo governo federal que apesar de inicialmente ser bem aceito, quando detalhado mostrou variáveis que podem trazer risco ao Fiscal do país, além de vários pontos que precisam ainda ser melhor esclarecidos. Apesar disso o aceno de um possível início de ciclo de alívio monetário por aqui trouxe mais fechamentos nas curvas de juros.

Os problemas enfrentados pelos bancos no exterior, combinado com o aperto das condições de crédito internas que começaram a se intensificar após os problemas apresentados pelas Lojas Americanas, fez crescer a convicção do mercado de juros de que a política monetária pode ser afrouxada mais cedo do que mais tarde, apesar da desancoragem das expectativas de inflação e da ainda alta e resiliente inflação de serviços. Por isso, apesar do tom hawkish do Banco Central na última reunião do Copom, a curva de juros cedeu de maneira relevante.

Podemos observar como as quedas mais relevantes ocorreram nos vencimentos mais longos, com a curva de juros assumindo a clássica inclinação positiva somente a partir do vencimento jan/26. Para termos uma ideia de quanto a curva está invertidamente inclinada no curto prazo, vamos observar como a inclinação entre a taxa Selic e o vencimento prefixado de um ano se comportou nos últimos anos.

6.1- Renda Fixa

Juros no Brasil apresentaram melhora em março, em parte com o mercado dando um benefício da dívida para o governo a respeito do programa fiscal, em parte como reflexo da forte queda dos juros no EUA.

Março começou ainda com expectativas de aumento dos gastos do governo com o Bolsa Família e a manutenção da artilharia contra o Banco Central, pressionando para cortar juros na marra, além de procurar substitutos para dois diretores do Banco Central, que se contraponham à gestão de Roberto Campos Neto. Em meio a esse ambiente turbulento, o mercado de juros brasileiro continuou a se deteriorar.

A piora nas precificações atingiu um pico e começou a cair a partir da segunda semana, quando o governo diminuiu parcialmente os ataques contra o Banco Central, e passou a falar mais sobre Reforma Tributária e sobre o Arcabouço Fiscal. A Ata da COMEF - Comitê de Estabilidade Financeira veio para afirmar que o BC não atuaria cortando juros caso notasse uma deterioração forte no mercado de crédito (proveniente do caso Americanas) que adotaria medidas macro prudenciais.

No dia 09/03, o mercado internacional sentiu um primeiro abalo no sistema bancário, com uma queda forte dos preços do Silicon Valley Bank. A partir daí, foi observada uma queda forte nas taxas dos juros americanos, no qual os investidores internacionais passaram a não mais precificar altas de juros pelo banco central americano, mas, ao invés disso, precificando cortes ao longo do ano. A sequência foi marcada por outro evento no Signature Bank, e pela forma como o FDIC interveio em ambos os bancos.

No final do mês, o Banco Central do Brasil engrossou o tom no combate à inflação, afirmando que apenas apresentar o arcabouço fiscal não implicaria em corte de juros, e explicitou que a reancoragem das expectativas de inflação são pré-requisitos para corte de juros no Brasil. A princípio, o mercado reagiu com apreensão sobre qual seria a resposta do governo a esse comunicado do BC, mas após a ATA do Banco Central, com o governo dando um tempo em tanta crítica ao Banco Central, o mercado passou a melhorar, inclusive com juros longos voltando a cair mais do que os curtos.

A apresentação do Arcabouço Fiscal, pelo Ministério Fazenda, com um texto não tão ruim quanto o que poderia ser, o mercado resolveu dar o benefício da dúvida para o governo, para ver se conseguirão cumprir as metas de receitas que o próprio governo estipulou, para buscar zerar o déficit no ano de 2024, buscar superávit em 2025 e estabilização da dívida em 2026. As premissas que a Fazenda utilizou para apresentar essas metas são no mínimo audaciosas e o mercado espera para ver se o governo conseguirá aumentar a arrecadação.

Na **Renda Fixa Brasil**, apesar da volatilidade ainda presente pelas incertezas político fiscais, o aceno sobre um possível alívio no ciclo monetário manteve as curvas em fechamento no mês, em especial as mais longas, que beneficiaram os fundos de estratégia pré fixada. Para abril, apesar das incertezas quanto ao reflexo do arcabouço fiscal para as contas do país, se lá fora houver uma ação mais branda no ciclo de juros, podemos ter uma mudança na política monetária por aqui, com o BACEN podendo acenar para uma possível redução de juros para as próximas reuniões.

Em um mês bastante positivo para as taxas de juros, os destaques ficaram com os índices mais longos em função do movimento praticamente paralelo da curva de juros. Na parte mais curta, tivemos um recuo expressivo da inflação implícita. Em março, o IMA Geral avançou 1,86% e já acumula no trimestre um ganho de 3,63%. Os resultados mensais chamam a atenção pelo desempenho mais favorável das carteiras de maior duration em relação às de menor prazo. O destaque foi o IMA-B 5+ que alcançou o maior retorno mensal entre os índices, 3,73%. O IMA-B5 variou 1,52% e registra a melhor performance no trimestre: 4,38% acumulado no ano.

Mesmo com a inflação desacelerando de forma gradual e apresentando resiliência no segmento de serviços, o mercado em março manteve incertezas no front doméstico (a despeito do anúncio do novo arcabouço fiscal) e no externo (sobretudo pela quebra de bancos nos EUA e na Europa). Entretanto, essa valorização das carteiras de maior duration pode indicar a percepção dos investidores de que o juro real ou o prêmio de risco está próximo do teto, o que cria incentivo para se adquirirem papéis mais longos no mercado secundário, induzindo sua valorização. Em 28/02, as NTN-Bs de longo prazo estavam precificadas em torno de 6,45% de juros reais. Em relação aos prefixados, o IRF-M 1+ registrou retorno de 2,67%, acumulando 4,23% no ano. As carteiras de curto prazo também apresentaram desempenhos positivos. O IRF-M 1 valorizou 1,23% e o IMA-S, 1,15%.

Entre os títulos corporativos, o IDA Geral, que reflete a carteira das debêntures marcadas a mercado, avançou 1,36% em março, acumulando perda no ano de 0,93%. Da mesma forma que o IMA, o perfil de rentabilidade dessas carteiras foi mais favorável aos índices de prazos mais longos. O destaque foram as debêntures incentivadas, refletidas na carteira do IDAIPCA infraestrutura, que se recuperou em relação ao mês passado e apresentou valorização de 2,36%, com retorno de 1,17% no ano. Já o IDA-ex infraestrutura registrou retorno mensal positivo (2,09%), mas distante de recuperar a perda de mais de 20% ocorrida em janeiro. O IDA-DI, carteira de menor prazo e composta de debêntures indexadas à taxa DI, apresentou ganho de 0,76% no mês.

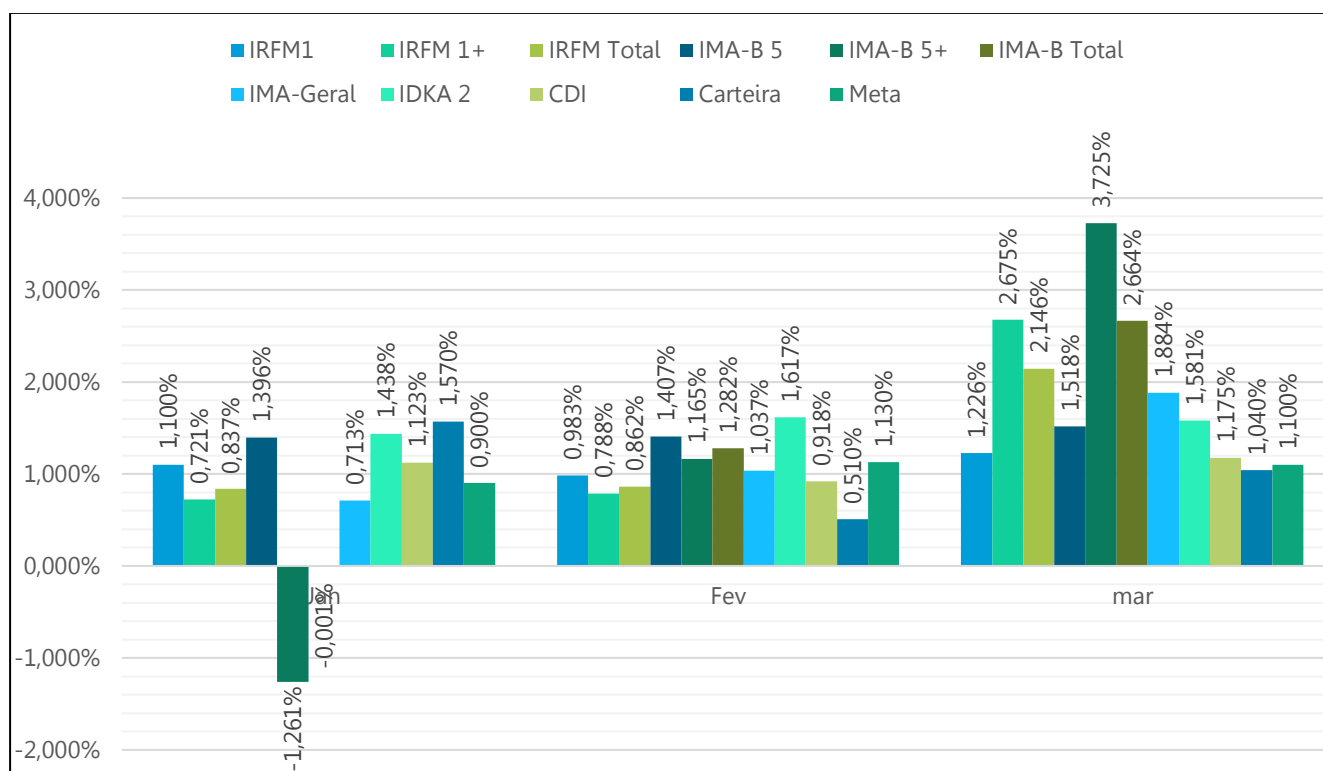
Câmbio

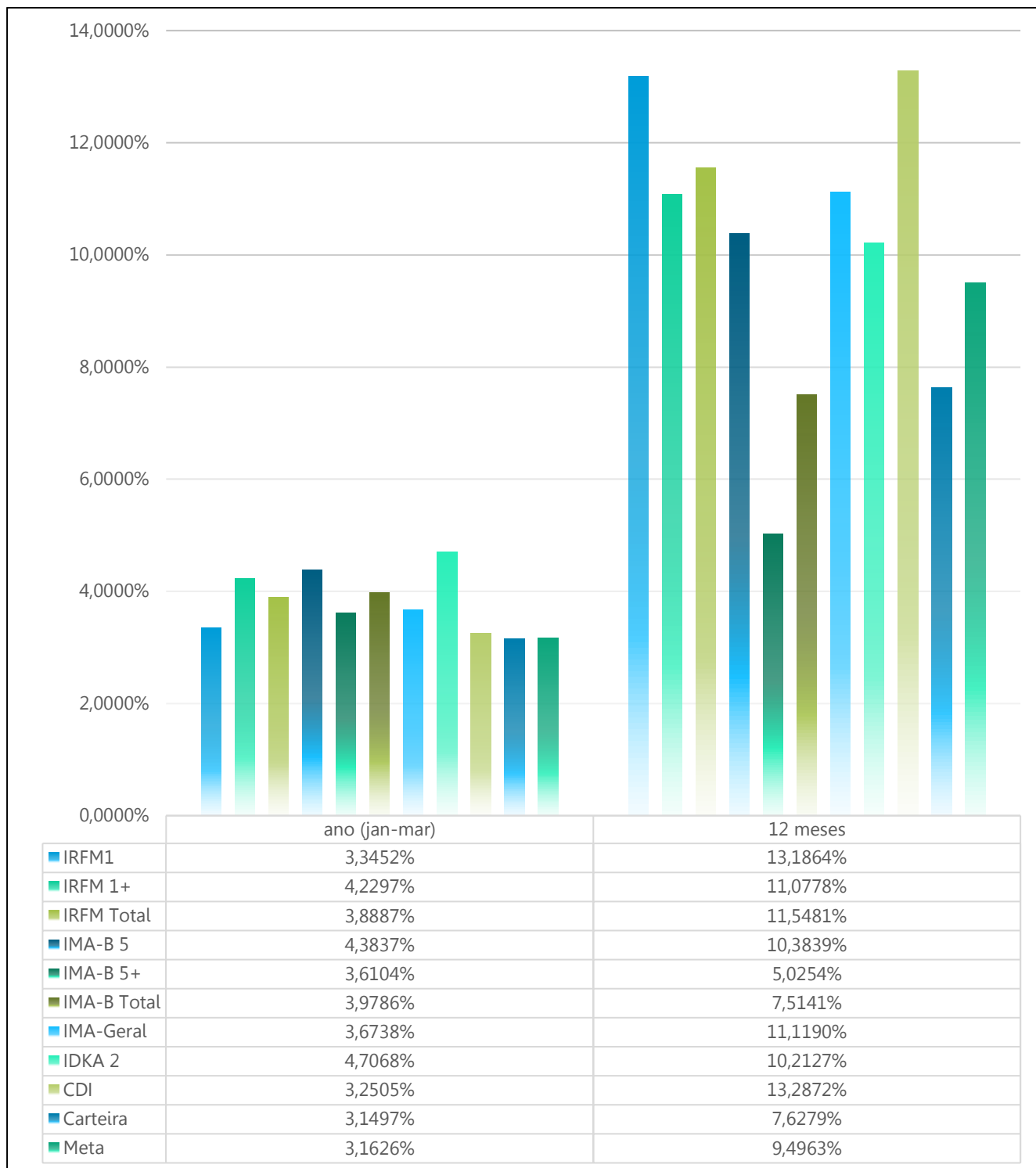
Em um mês de fraqueza do dólar, o real valorizou-se 3,4% contra a moeda norte-americana, sendo uma das moedas de melhor performance em março. A sinalização de fim do ciclo de aperto monetário por parte do Fed atuou para a desvalorização do dólar, mas a performance da moeda brasileira tem chamado a atenção, indo na contramão dos outros ativos de risco locais. Talvez o grande diferencial de juros reais explique uma parte desse comportamento. O real destaca-se pela alta taxa real de juros.

Crédito

O mês de março foi marcado pela maior estabilidade e normalização da indústria de crédito, ainda que o desempenho de grande parcela dos ativos tenha sido insuficiente. O volume de resgates aumentou no início do mês, muito em parte pela reação negativa dos investidores frente ao resultado ruim no mês de fevereiro somado aos temores acerca da quebra do SVB e da compra do Credit-Suisse pelo UBS, elevando a percepção de risco para o mercado de crédito de maneira generalizada. Como consequência, houve um aumento dos spreads em títulos de crédito negociados no mercado secundário local, principalmente dos créditos bancários de maior risco.

6.1.1- Desempenho





6.2- Renda Variável

Após perder os 100.000 pontos, o Ibovespa recuperou este patamar no final do mês, mas não evitou uma queda no período. Com a divulgação do novo arcabouço fiscal, as atenções devem se voltar para o novo pacote de impostos que será divulgado em abril. Diversas empresas deverão ser impactadas em um momento que o volume negociado da bolsa brasileira está muito baixo.

O primeiro trimestre do ano, marcado pelas primeiras sinalizações do novo governo, recuperação judicial da Americanas, crises bancárias no exterior e temores com inflação, foi de queda para o Ibovespa de 7,16%, após um mês de março negativo para o índice, com baixa de 2,91%.

Entre **as maiores baixas do acumulado do ano**, estiveram as ações da Hapvida (HAPV3), que também se destacaram como a maior queda do mês (de 41,65%). Em março, Qualicorp (QUAL3), 3R (RRRP3), Rede D'Or (RDOR3) e Arezzo (ARZZ3) completaram o rol das maiores quedas, com desvalorizações respectivas de 21,20%, 19,06%, 16,87% e 14,87%.

Já a **maior alta entre janeiro e março** foi a Embraer (EMBR3), que foi também a terceira maior alta do mês, com avanço de 25,32% em março. Os maiores avanços de março foram da Azul (AZUL4), com a reestruturação de suas dívidas e resultados considerados robustos, Ecorodovias (ECOR3), Gol (GOLL4) e CCR (CCR03). Os avanços respectivos para esses ativos foram de 68,72%, 26,34%, 20,80% e 16,47%.

A bolsa brasileira novamente ficou entre as piores do mundo em março, sendo a que mais recuou nos últimos 12 meses.

Na **Renda Variável doméstica**, o IBOVESPA fechou em queda de -2,91%, principalmente pelas incertezas no cenário doméstico, reforçadas pelas preocupações locais envolvendo governo, Banco Central e as metas de inflação. Para frente apesar dos analistas entenderem que o IBOVESPA esteja bem descontado e com boas oportunidades, no curto a manutenção das incertezas político/fiscais por aqui manterão a estratégia bem volátil, reforçado pelo nível de juros na casa de 13,75%.

Na **Renda Variável Internacional**, o aceno de uma possível redução no ímpeto dos bancos centrais no ciclo de alta de juros nas principais economias trouxe um alívio nos mercados, mesmo com a manutenção das incertezas quanto ao tempo de duração do aperto monetário global e controle da inflação. Especificamente nos EUA, esse cenário mais positivo já trouxe um reflexo positivo no S&P 500, que fechou com alta de 3,51% no mês.

Olhando para frente, é importante avaliarmos os próximos passos do FED para termos um norte sobre o ciclo de juros por lá, e a partir daí avaliarmos as oportunidades de novas alocação no exterior.

6.2.1- Desempenho

BDI Boletim Diário de Informações

[B]³

REFERENTE A SEXTA-FEIRA - 31 DE MARÇO DE 2023 - Nº 63

Fechamento do IBOVESPA: 101.882,00 -1,76%

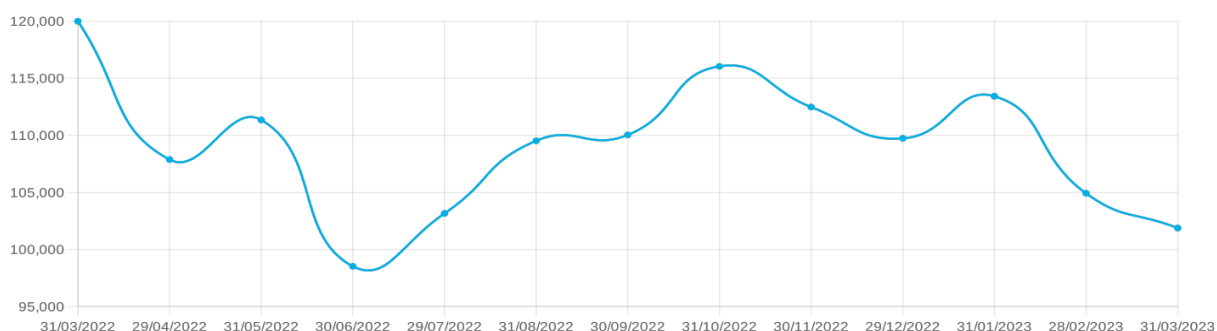
Derivativos

Contratos com minis 59.022.795
 Contratos sem minis 40.152.075

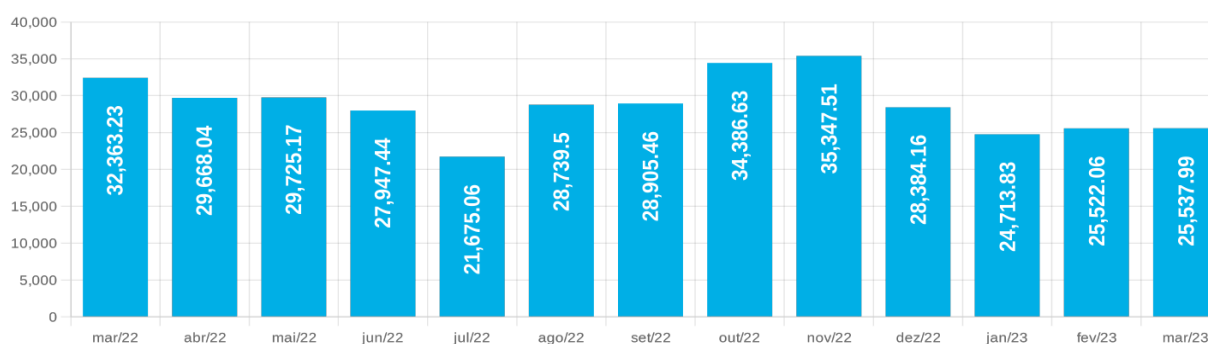
Ações

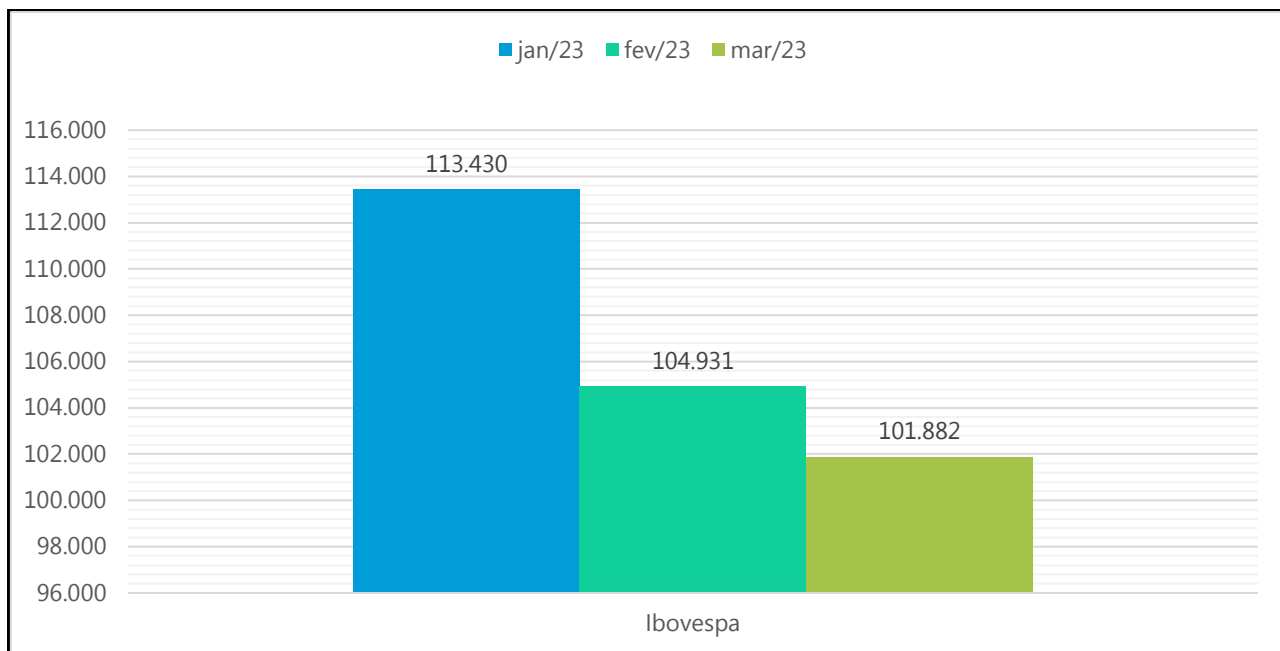
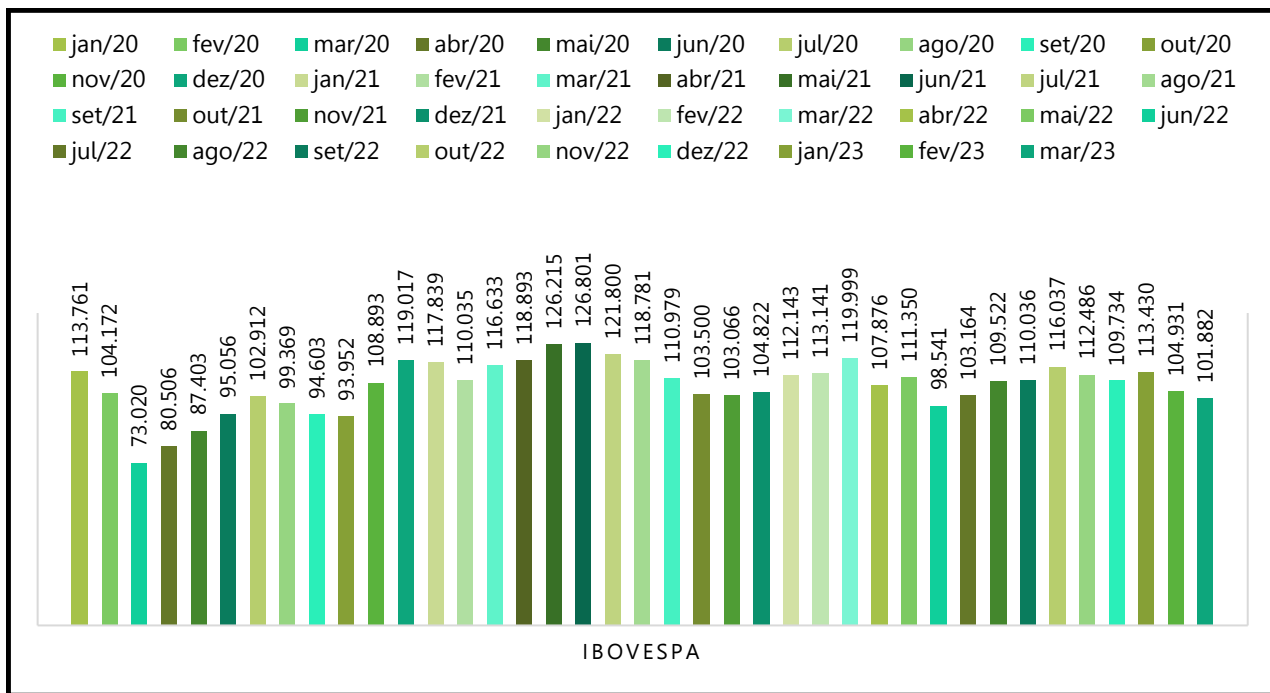
Volume negociado 26.568.361.861
 Quantidade de negócios 3.765.014

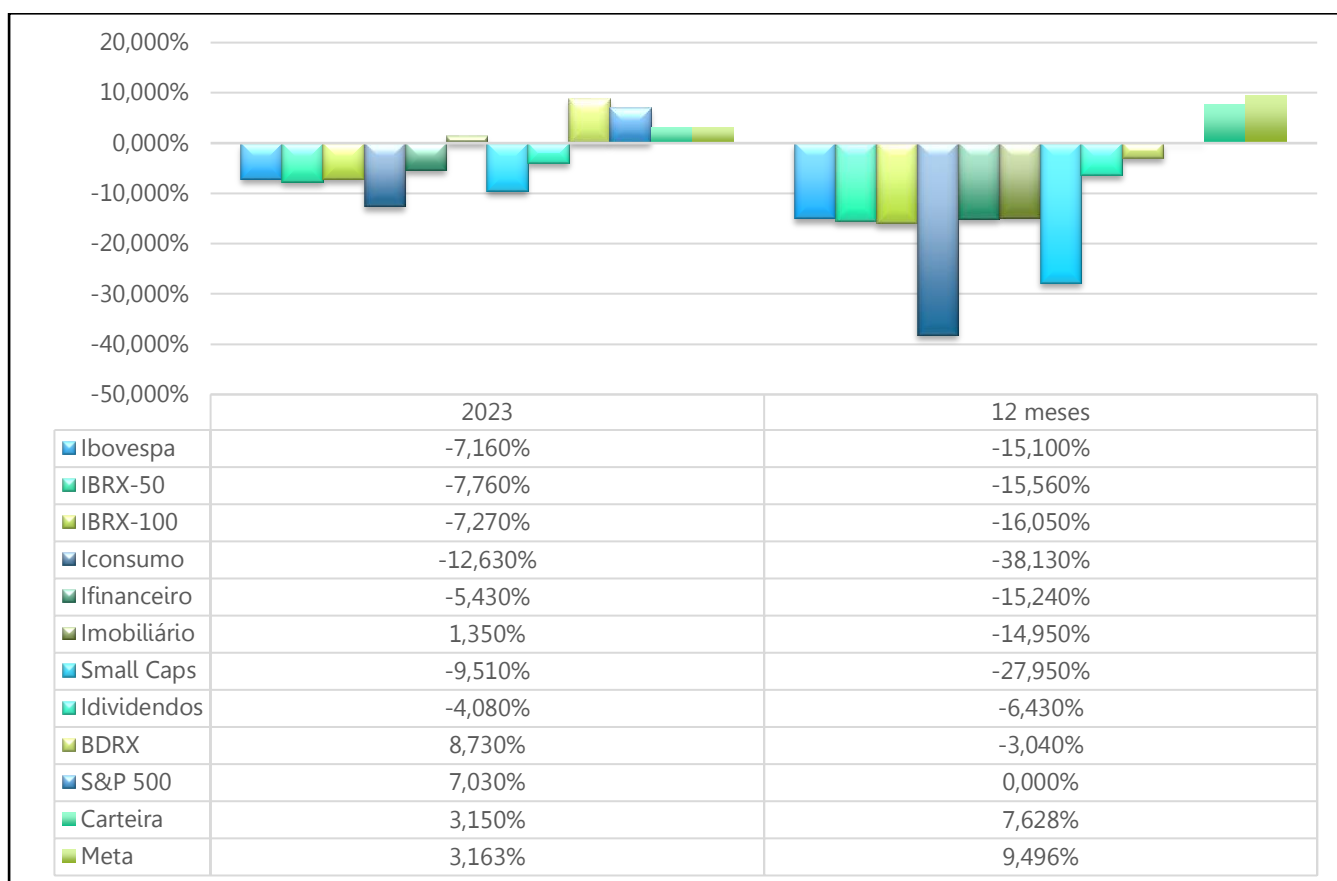
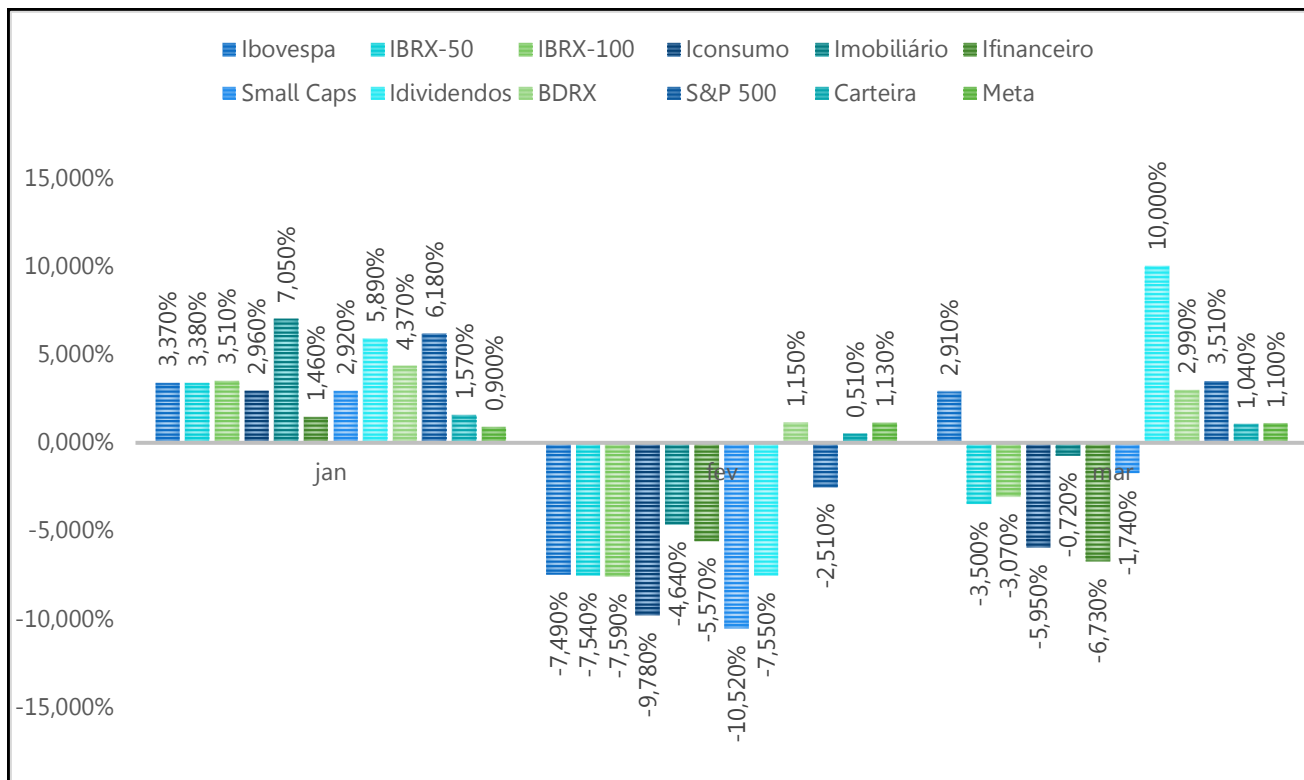
Gráfico dos Índices - IBOVESPA



Médias Diárias de Ações – Volume em Um Ano (R\$ em Milhões)







6.3- Perspectivas

Para abril, as expectativas se voltam quase totalmente às discussões congressuais do arcabouço fiscal e da reforma tributária, enquanto a atenção dos investidores continua voltada também aos desafios no exterior. No Brasil, o governo tem o desafio de tentar conduzir a reforma no Congresso de forma a não perder sua essência, ao mesmo tempo em que analistas do Congresso podem tentar chegar a um formato mais factível do que o modelo atual. No exterior, a pressão de preços do petróleo, após o anúncio surpresa de cortes de produção por parte de OPEP+, pode levar à uma revisão das posições mais recentes das autoridades monetárias quanto ao futuro dos juros, em meio à possível resolução do problema bancário.

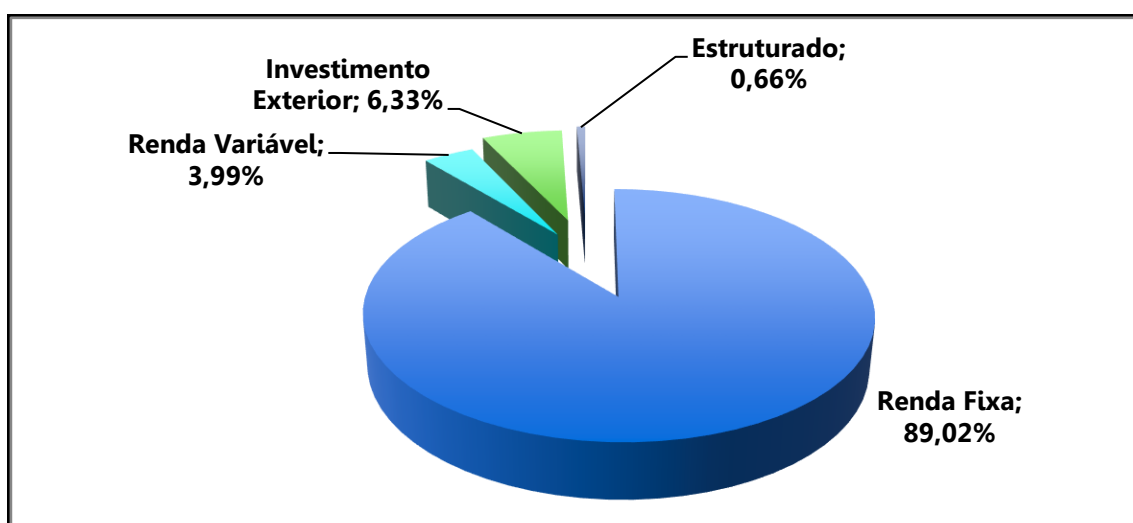
7- Carteira de Investimentos

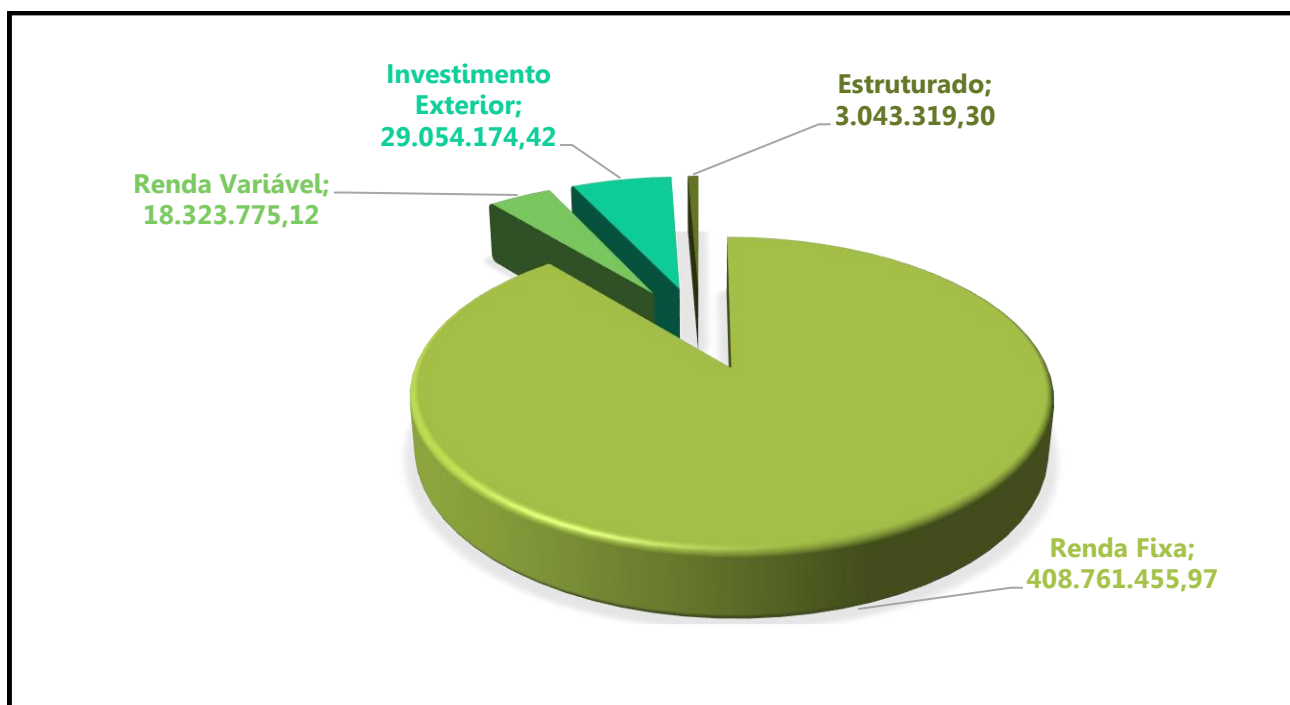
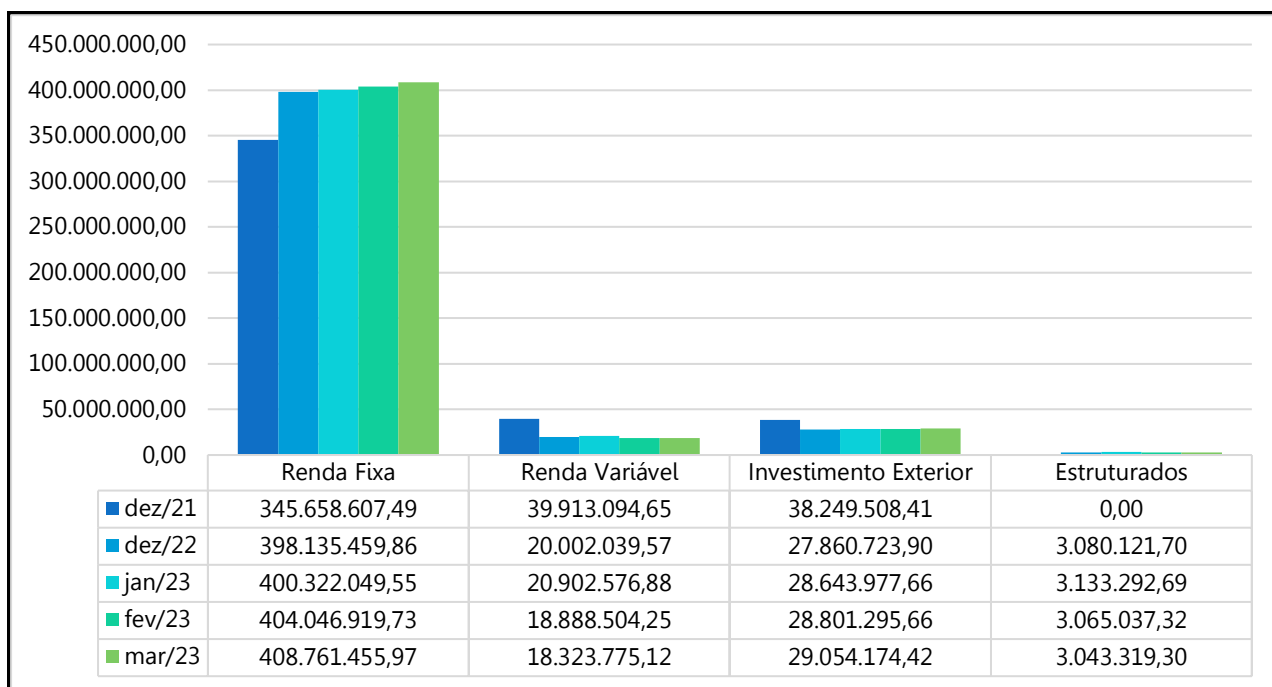
A Carteira de Investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU apresentou **valorização** no mês de **R\$ 4.731.967,85** (quatro milhões setecentos e trinta e um mil novecentos e sessenta e sete reais e oitenta e cinco centavos).

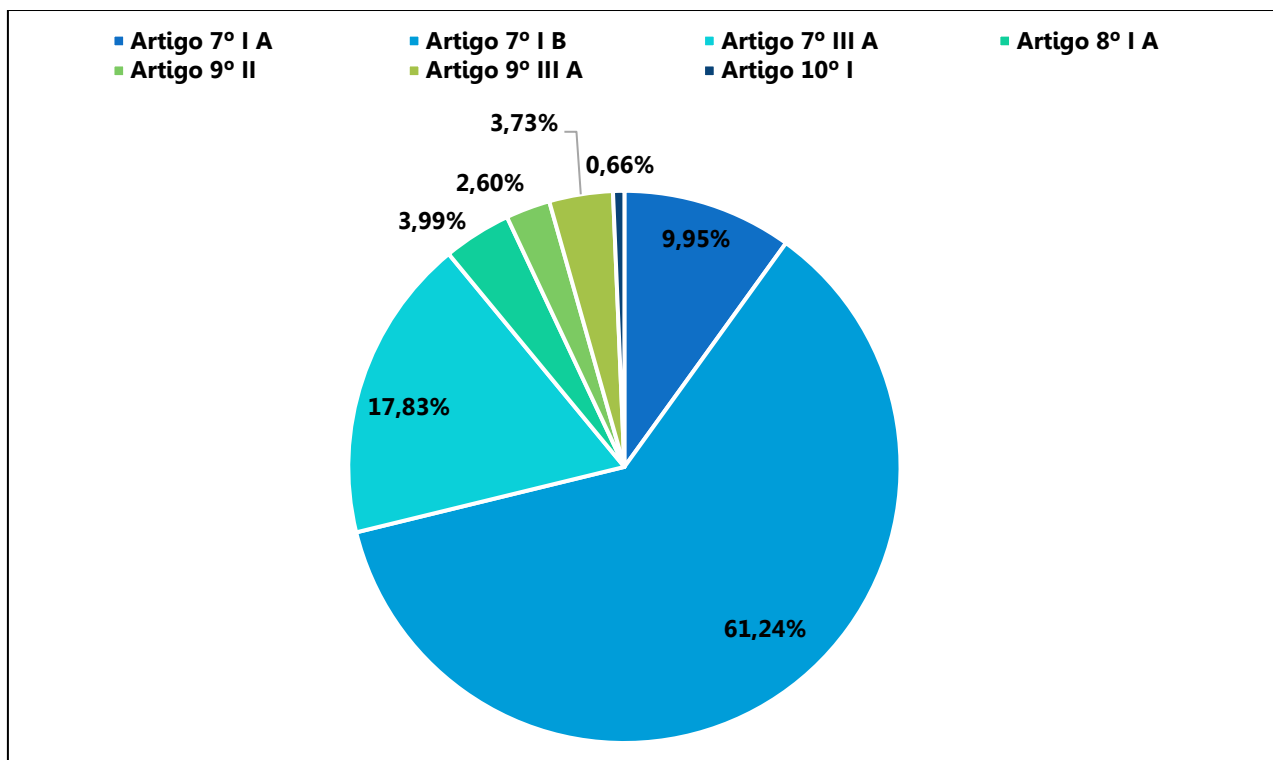
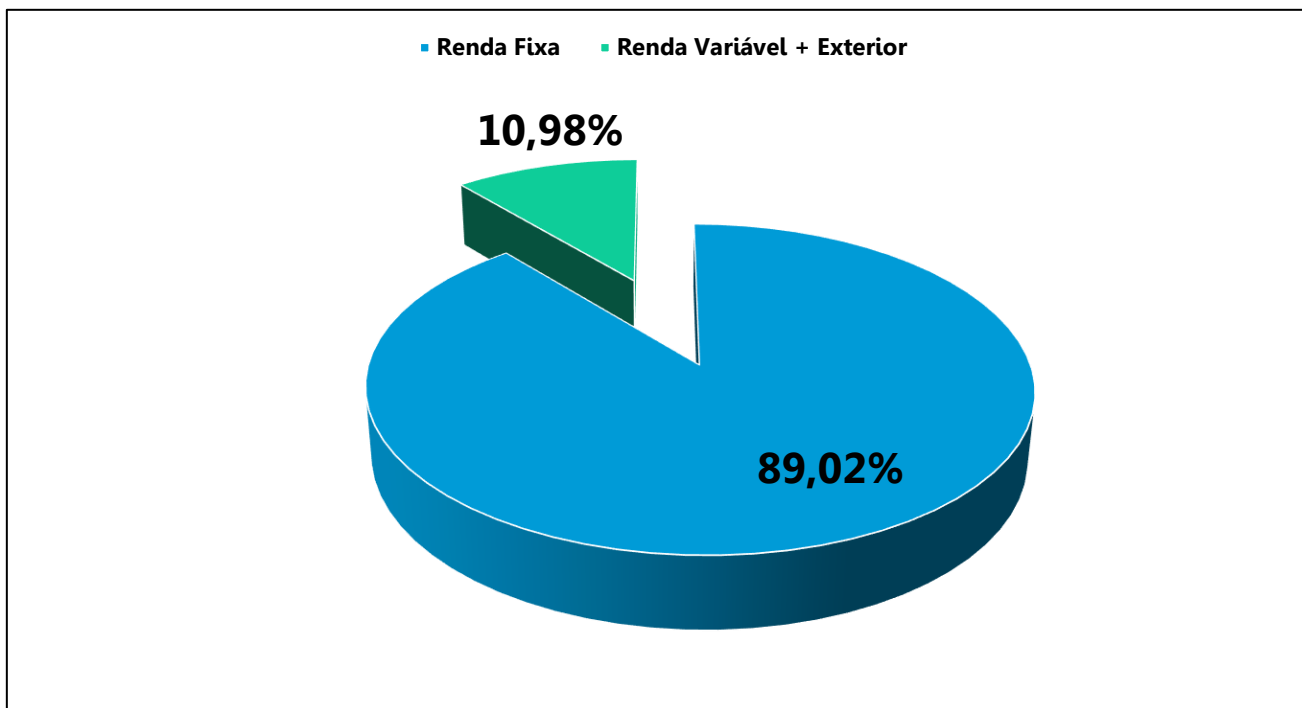




A composição da carteira de investimentos do IPMU no encerramento do mês atende aos requisitos previstos em Lei e cumpre a **Política Anual de Investimentos – PAI 2023**, elaborada pelos membros do Comitê de Investimentos, aprovada pelos membros do Conselho de Administração e ratificada pelos membros do Conselho Fiscal. A carteira de investimentos do IPMU está segregada entre os segmentos de renda fixa (**89,02%**), renda variável (**3,99%**), alocação no investimento no exterior (**6,33%**) e fundos estruturados/multimercado (**0,66%**), dentro dos limites permitidos pela Resolução CMN nº 3922/2010 e compatível com os requisitos estabelecidos na Política de Investimentos – PAI 2023. As proporções demonstram uma carteira conservadora, em linha com o cenário econômico de grande volatilidade e as obrigações do Instituto.







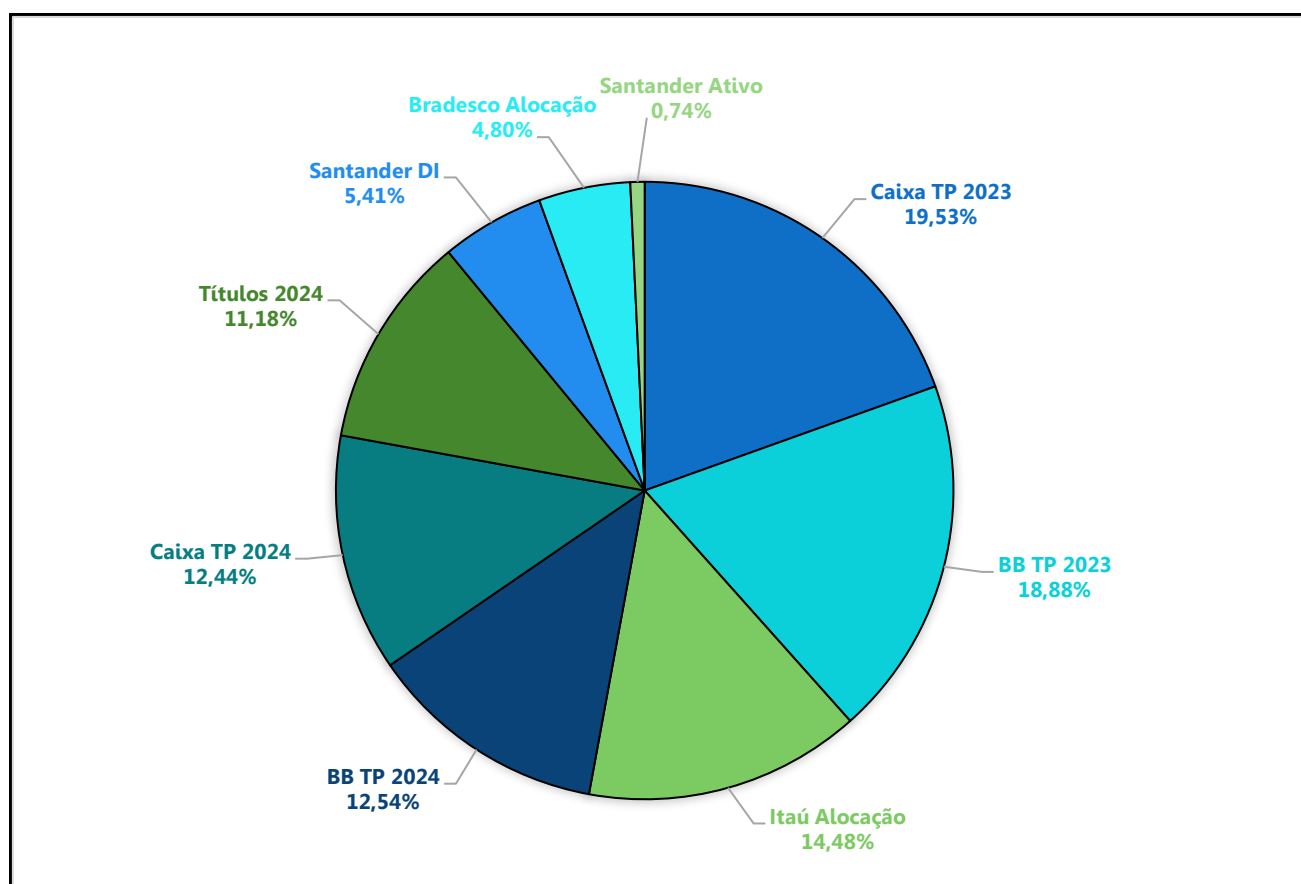
Os investimentos do IPMU demonstram uma “gestão moderada”, com exposição em fundos compostos por 100% títulos públicos, diversificados em vértices de curto, médio e longo prazo.

Os investimentos em **Renda Fixa** estão diversificados, com concentração em maior volume em “IPCA” seguido de “IMA-B Total”. De forma geral, apresentando resultados compatíveis com o desempenho do mercado.

A maioria dos fundos de **Renda Fixa (09 fundos)** da carteira de investimentos do IPMU são fundos “renda fixa ativa”, onde o gestor pode atuar de forma mais abrangente, comprando e vendendo títulos públicos ou privados dos mais variados vértices. O Comitê de Investimentos tem acompanhado de perto o desempenho desses fundos, de forma que aquele que apresente melhor desempenho receba novos aportes, enquanto aqueles que apresentem desempenho ruim sejam alvo de resgates.

Ordem	Fundo de Renda Fixa	CNPJ	Resolução 4963/2021	% PL
1	BB Previdenciário RF TP 2023	15.486.093/0001-83	Artigo 7º I B	100%
2	BB Previdenciário RF TP 2024	44.345.590/0001-60	Artigo 7º I B	100%
3	Bradesco FIC FI Alocação Dinâmica	28.515.874/0001-09	Artigo 7º III A	60%
4	Caixa Brasil TP 2023	44.683.378/0001-02	Artigo 7º I B	100%
4	Caixa Brasil TP 2024	20.139.595/0001-78	Artigo 7º I B	100%
5	Itaú Institucional Alocação Dinâmica	21.838.150/0001-49	Artigo 7º I B	100%
7	Santander RF Títulos Públicos Premium	09.577.447/0001-00	Artigo 7º I A	100%
8	Santander Ativo Renda Fixa (350)	26.507.132/0001-06	Artigo 7º III A	60%
9	Carteira de Títulos Públicos 2024		Artigo 7º I A	100%

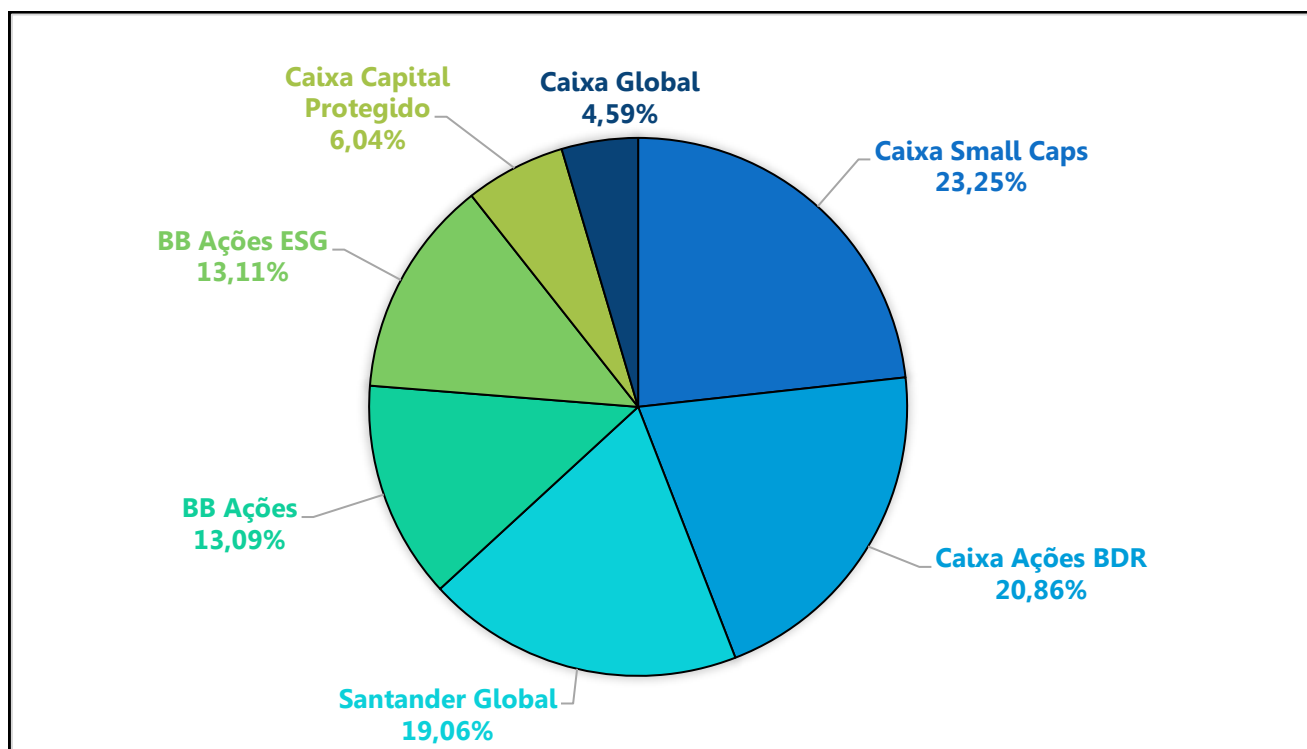
Comparativo em relação ao valor total da Carteira no Segmento de Renda Fixa: **R\$ 408.182.724,81**



Os investimentos em **Renda Variável (7 fundos)** estão distribuídos em “Small Caps”, “BDR” e “Estruturados/Multimercado”. A aplicação neste segmento de investimentos vem evoluindo ao longo dos anos, pensando em um horizonte de médio e longo prazo, estratégia adotada pelo Comitê de Investimentos, elevou a aplicação no segmento de **0,00%** do PL em 2019 para **7,18%** do PL no final de 2020, em **18,44%** do PL em 2021 e **11,89%** do PL em 2022. Diante da grande volatilidade do mercado, a estratégia adotada pelo Comitê de Investimentos foi de manutenção da exposição neste segmento, fechando o mês em **10,98%**.

Ordem	Fundos Renda Variável	CNPJ	Resolução 4963/2021	% PL
1	BB Retorno Total FIC Ações	09.005.805/0001-00	Artigo 8º I	30%
2	BB Ações ESG Globais	22.632.237/0001-28	Artigo 9º III	10%
3	Caixa FI Ações Small Caps	15.154.220/0001-47	Artigo 8º I	30%
4	Caixa FIC FIM Multigestor Global Equities IE	39.528.038/0001-77	Artigo 9º II	10%
5	Caixa Ações BDR Nível I	17.502.937/0001-68	Artigo 9º III	10%
6	Caixa Capital Protegido Bolsa de Valores	44.683.343/0001-73	Artigo 10º I	10%
7	Santander Global Equiteis Dólar Master	17.804.792/0001-50	Artigo 9º II	10%

Comparativo em relação ao valor total da Carteira no segmento de Renda Variável: **R\$ 50.421.268,84**



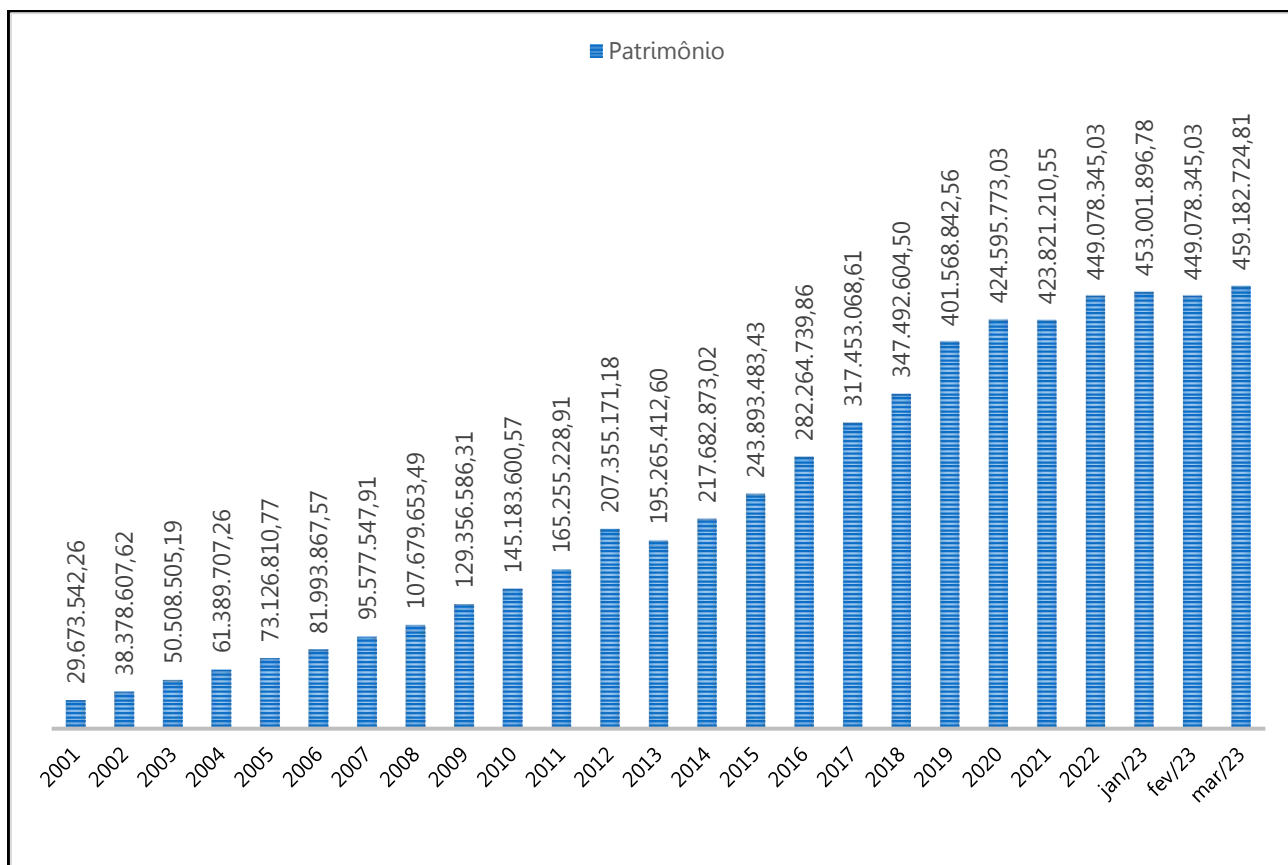
7.1- Evolução da Carteira de Investimentos



A evolução dos investimentos do IPMU dos últimos anos reflete à volatilidade dos mercados financeiros em decorrência do Coronavírus. O ano de 2021 não foi favorável aos investimentos, devido à continuidade das incertezas na recuperação das economias (externa e doméstica) em decorrência da Covid-19 e no cenário doméstico as perspectivas de controle fiscal.

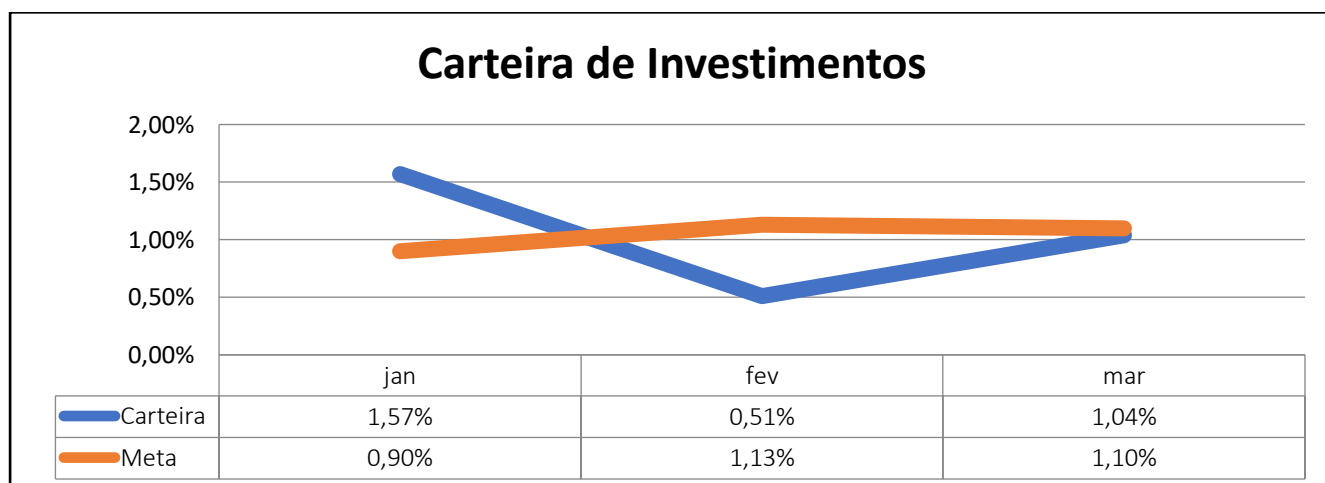
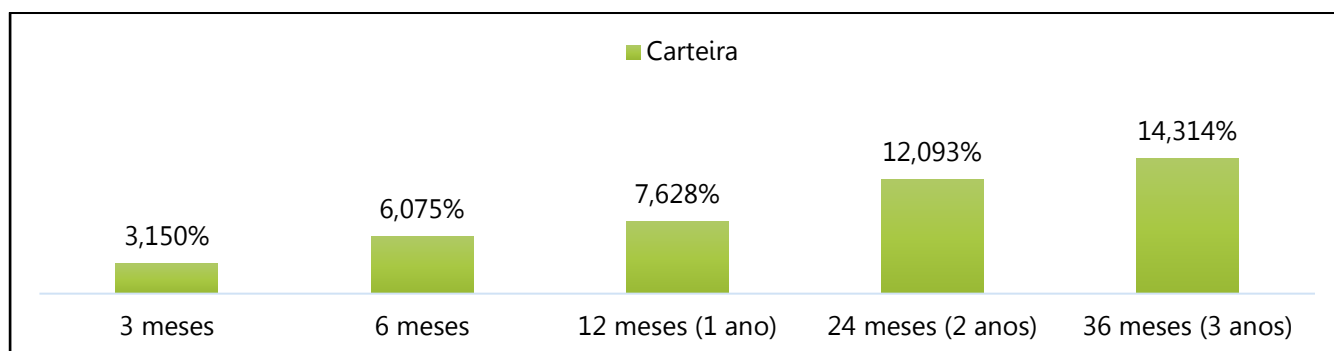
O ano de 2022 iniciou com retração nos investimentos, reflexo da grande volatilidade dos mercados financeiros. De acordo com os analistas, existe a possibilidade de haver novos períodos de retração no patrimônio do IPMU, reproduzindo a volatilidade dos mercados, considerando que a carteira de investimentos apresenta exposição em ativos de alta volatilidade, principalmente os que apresentam vértices mais longos. Com a diversificação nos ativos que compõem os investimentos do IPMU, as retrações poderão ser menores, com a possibilidade de rápida recuperação, mesmo que de forma gradual.

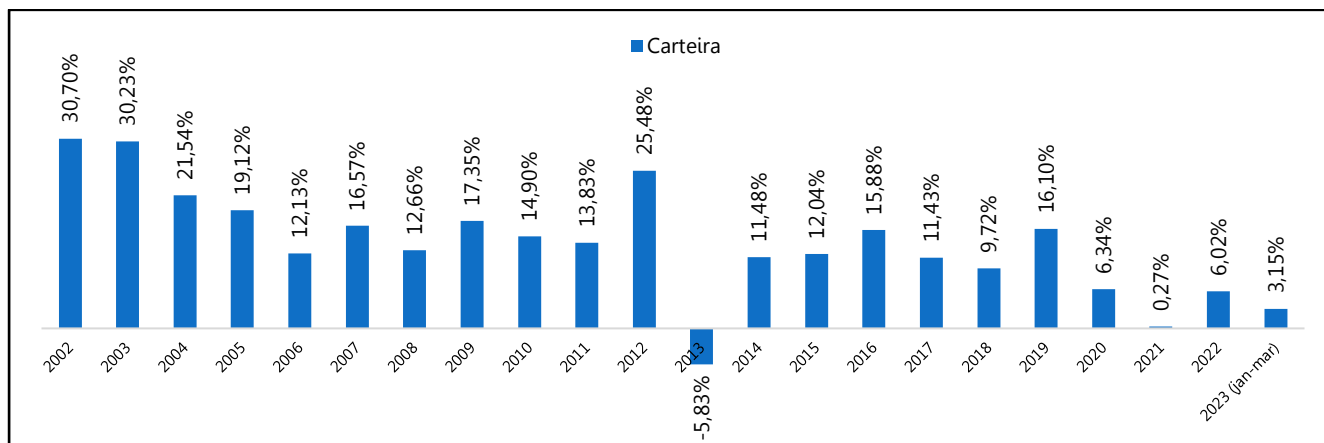
Iniciamos 2023 ainda com incertezas no horizonte, mas o mês de **março/2023** apresentou resultados positivos, com elevação o patrimônio.



7.2- Retorno da Carteira de Investimentos

O retorno acumulado na carteira de investimentos do IPMU em 2020 não superou a “meta atuarial” devido as conjunturas dos mercados financeiros que foram fortemente afetados pela pandemia do Covid 19. Esta situação permaneceu em 2021 e 2022. Em 2023, o retorno dos investimentos no mês de janeiro foi de 1,57%, fevereiro de 0,51% e março de 1,04%. No consolidado do 1º trimestre de 2023 rentabilidade nominal da “carteira de investimentos” foi de 3,15%, percentual inferior em relação a “meta atuarial” do período, que foi de (INPC + 5,15% a.a) de 3,16% refletindo ainda grande volatilidade do mercado financeiro, em especial nos investimentos no exterior.

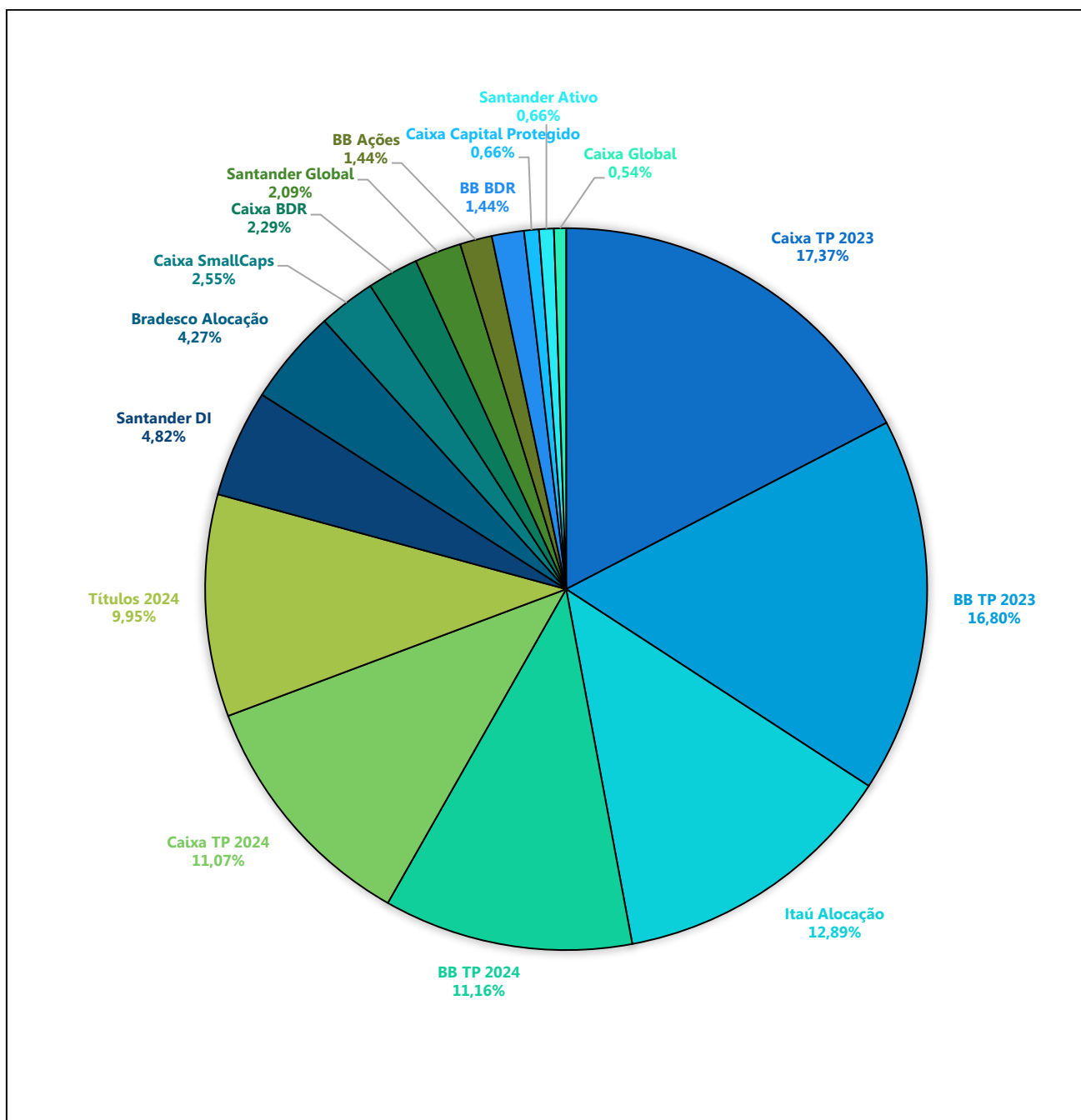




7.3- Composição da Carteira de Investimentos

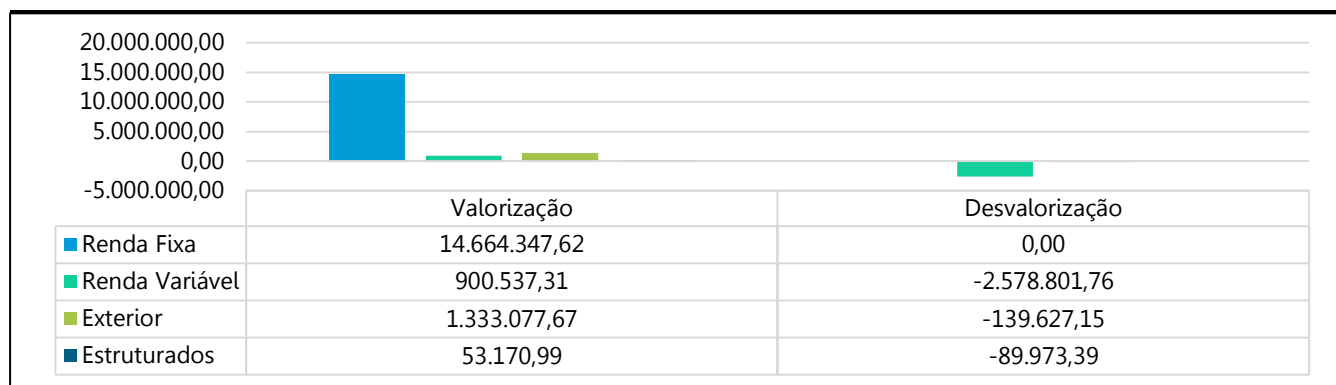
A Carteira de Investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU é composta por **15 (quinze)** fundos de investimentos e por **01** Carteira de Títulos Públicos com vencimento para 2024.

Ordem	Fundo	CNPJ	Resolução 4963/2021
1	BB Previdenciário RF TP 2023	15.486.093/0001-83	Artigo 7º I B
2	BB Previdenciário RF TP 2024	44.345.590/0001-60	Artigo 7º I B
3	BB Retorno Total FIC Ações	09.005.805/0001-00	Artigo 8º I
4	BB Ações ESG Globais	22.632.237/0001-28	Artigo 9º III
5	Bradesco FIC FI Alocação Dinâmica	28.515.874/0001-09	Artigo 7º III A
6	Caixa Brasil Títulos Públicos 2023	44.683.378/0001-02	Artigo 7º I B
7	Caixa Brasil Títulos Públicos 2024	20.139.595/0001-78	Artigo 7º I B
8	Caixa FI Ações Small Caps	15.154.220/0001-47	Artigo 8º I
9	Caixa FIC FIM Multigestor Global Equities IE	39.528.038/0001-77	Artigo 9º II
10	Caixa Ações BDR Nível I	17.502.937/0001-68	Artigo 9º III
11	Caixa Capital Protegido Bolsa de Valores	44.683.343/0001-73	Artigo 10º I
12	Itaú Institucional Renda Fixa Referenciado DI	00.832.435/0001-00	Artigo 7º III A
13	Santander RF Títulos Públicos Premium (150)	09.577.477/0001-00	Artigo 7º I A
14	Santander Ativo Renda Fixa (350)	26.507.132/0001-06	Artigo 7º III A
15	Santander Global Equiteis Dólar Master	17.804.792/0001-50	Artigo 9º II



7.4- Rentabilidade da Carteira de Investimentos

O patrimônio do IPMU apresenta variação **positiva** apesar da grande volatilidade dos mercados financeiros:



Investimentos	Enquadramento 4963/21	dez/22	% PL	Valorização	Desvalorização	Consolidado
Renda Fixa	Artigo 7º I A	45.181.514,39	10,06%	596.715,41	0,00	596.715,41
Renda Fixa	Artigo 7º I B	252.461.019,54	56,22%	2.744.690,79	0,00	2.744.690,79
Renda Fixa	Artigo 7º III A	100.492.925,93	22,38%	1.001.319,45	0,00	1.001.319,45
Renda Variável	Artigo 8º I	20.002.039,57	4,45%	0,00	-607.400,36	-607.400,36
Investimento Exterior	Artigo 9º II	11.755.489,02	2,62%	0,00	-241.656,02	-241.656,02
Investimento Exterior	Artigo 9º III	16.105.234,88	3,59%	0,00	-816.369,40	-816.369,40
Fundos Estruturados	Artigo 10 I	3.080.121,70	0,69%	0,00	-31.327,24	-31.327,24
Total		449.078.345,03	100,00%	4.342.725,65	-1.696.753,02	2.645.972,63

Investimentos	Enquadramento 4963/21	jan/23	% PL	Valorização	Desvalorização	Consolidado
Renda Fixa	Artigo 7º I A	45.817.108,47	10,11%	635.594,08	0,00	635.594,08
Renda Fixa	Artigo 7º I B	256.132.295,67	56,54%	3.671.276,13	0,00	3.671.276,13
Renda Fixa	Artigo 7º III A	98.372.645,41	21,72%	1.002.719,48	0,00	1.002.719,48
Renda Variável	Artigo 8º I	20.902.576,88	4,61%	900.537,31	0,00	900.537,31
Investimento Exterior	Artigo 9º II	11.999.420,88	2,65%	243.931,86	0,00	243.931,86
Investimento Exterior	Artigo 9º III	16.644.556,78	3,67%	539.321,90	0,00	539.321,90
Fundos Estruturados	Artigo 10 I	3.133.292,69	0,69%	53.170,99	0,00	53.170,99
Total		453.001.896,78	100,00%	7.046.551,75	0,00	7.046.551,75

Investimentos	Enquadramento 4963/21	fev/23	% PL	Valorização	Desvalorização	Consolidado
Renda Fixa	Artigo 7º I A	45.107.894,81	9,92%	619.487,84	0,00	619.487,84
Renda Fixa	Artigo 7º I B	278.173.219,94	61,16%	2.772.674,16	0,00	2.772.674,16
Renda Fixa	Artigo 7º III A	80.765.804,98	17,76%	897.059,69	0,00	897.059,69
Renda Variável	Artigo 8º I	18.888.504,25	4,15%	0,00	-2.014.072,63	-2.014.072,63
Investimento Exterior	Artigo 9º II	12.060.894,28	2,65%	61.473,40	0,00	61.473,40
Investimento Exterior	Artigo 9º III	16.740.401,38	3,68%	95.844,60	0,00	95.844,60
Fundos Estruturados	Artigo 10 I	3.065.037,32	0,67%	0,00	-68.255,37	-68.255,37
Total		454.801.756,96	100,00%	4.446.539,69	-2.082.328,00	2.364.211,69

Investimentos	Enquadramento 4963/21	mar/23	% PL	Valorização	Desvalorização	Consolidado
Renda Fixa	Artigo 7º I A	45.691.677,17	9,95%	583.782,36	0,00	583.782,36
Renda Fixa	Artigo 7º I B	281.210.959,70	61,24%	3.388.739,76	0,00	3.388.739,76
Renda Fixa	Artigo 7º III A	81.858.819,10	17,83%	1.093.014,12	0,00	1.093.014,12

Renda Variável	Artigo 8º I	18.323.775,12	3,99%	0,00	-564.729,13	-564.729,13
Investimento Exterior	Artigo 9º II	11.923.242,22	2,60%	1.975,09	-139.627,15	-137.652,06
Investimento Exterior	Artigo 9º III	17.130.932,20	3,73%	390.530,82	0,00	-139.627,15
Fundos Estruturados	Artigo 10 I	3.043.319,30	0,66%	0,00	-21.718,02	-21.718,02
Total		459.182.724,81	100,00%	5.458.042,15	-726.074,30	4.731.967,85

8. – Controle de Risco

O risco está associado ao grau de incerteza sobre um investimento no futuro, havendo diversas formas de mensurá-lo. Em geral, há uma forte relação entre o risco e o retorno de um ativo: quanto maior o risco, maior a probabilidade de um retorno (ou perda) mais elevado.

Qualquer aplicação financeira está sujeita à incidência de fatores de riscos que podem afetar adversamente o seu retorno. Dessa forma, os responsáveis pela gestão financeira dos recursos do IPMU devem exercer o acompanhamento e controle sobre esses riscos.

Com relação ao risco de mercado (risco inerente a todas as modalidades de aplicações financeiras disponíveis no mercado financeiro) corresponde à incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro ou de uma carteira de investimentos, em decorrência de mudanças futuras nas condições de mercado. É o risco de variações, oscilações nas taxas e preços de mercado (taxa de juros, preços de ações e outros índices). É ligado às oscilações do mercado financeiro.

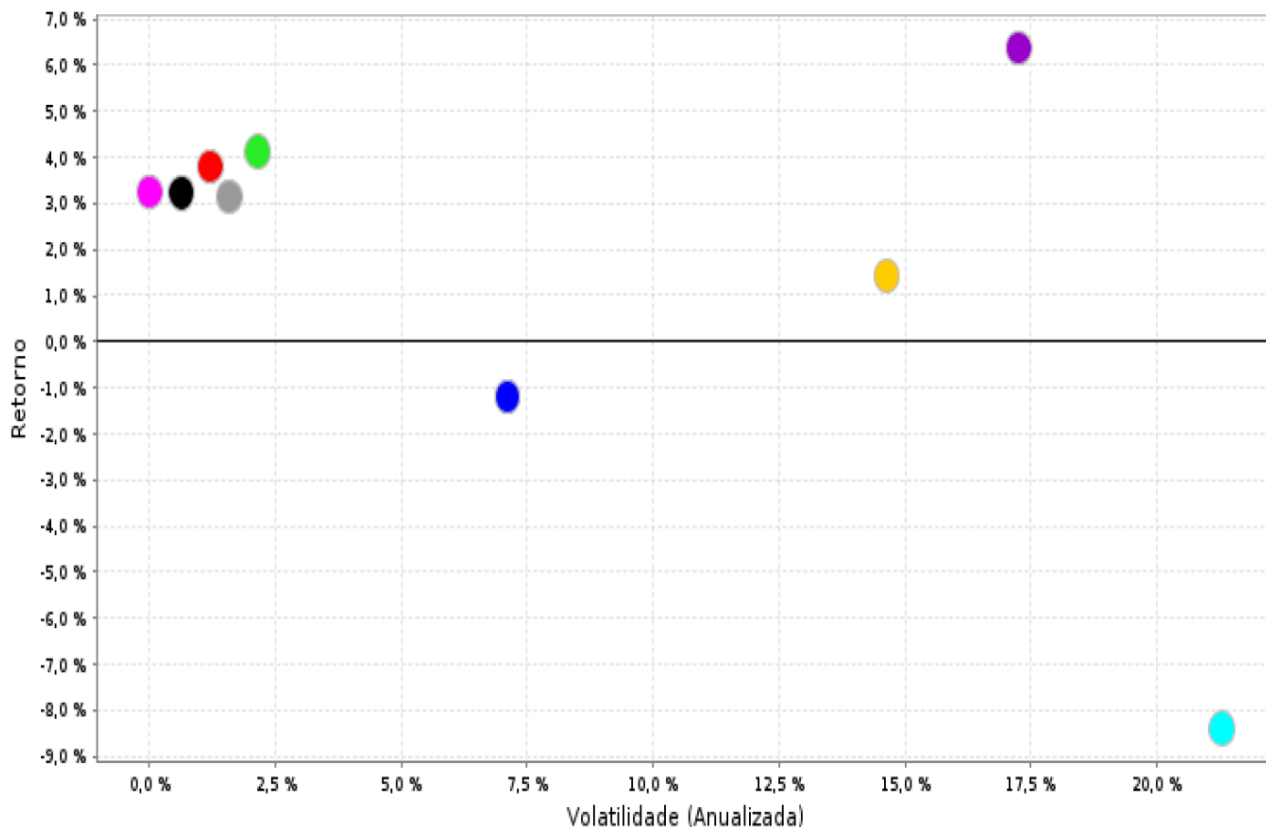
Apesar de todas as aplicações possuírem certo grau de risco, que pode ou não ser equivalente ao retorno pretendido, é possível tomar algumas medidas visando a redução do risco da carteira ao mesmo tempo em que potencializa os retornos, como, por exemplo, diversificando.

Os riscos da Carteira de Investimentos do IPMU são baixos e a diversificação tornou-se mais do que uma opção para os investidores, tornou-se uma obrigação. Quem não diversificar os investimentos corre o risco de ter resultados insatisfatórios que podem comprometer uma carteira ou um fundo de investimentos.

31/03/2023		Volatilidade no mês	Retorno no mês	Volatilidade no ano	Retorno no ano
#	1 - ATIVOS				
1	BB AÇÕES ESG GLOBAIS IS FIC AÇÕES BDR NÍVEL I	15,96%	1,00%	16,14%	3,21%
2	BB RETORNO TOTAL FIC AÇÕES	17,49%	-4,98%	19,18%	-6,82%
3	BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,41%	1,18%	0,90%	3,64%
4	BB TÍTULOS PÚBLICOS XXI FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,89%	1,27%	2,13%	4,06%
5	BRADESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	2,16%	2,06%	2,99%	3,57%
6	CAIXA BRASIL 2023 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA* (44683378000102)	0,41%	1,18%	0,90%	3,63%
7	CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV FIC MULTIMERCADO	5,89%	-0,71%	7,11%	-1,19%
8	CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I	17,07%	3,19%	18,48%	8,45%
9	CAIXA MULTIGESTOR GLOBAL EQUITIES INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC MULTIMERCADO	14,06%	0,09%	16,82%	3,66%
10	CAIXA SMALL CAPS ATIVO FI AÇÕES	24,13%	-1,83%	23,66%	-9,25%
11	ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	0,13%	1,12%	0,15%	3,11%
12	NTN-8 760199 20240815	1,89%	1,29%	2,14%	4,13%
13	SANTANDER ATIVO FIC RENDA FIXA	0,70%	1,31%	1,06%	3,26%
14	SANTANDER GLOBAL EQUITIES DÓLAR MASTER INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC MULTIMERCADO	12,88%	-1,43%	14,48%	0,90%
15	SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	0,06%	1,13%	0,13%	3,02%
16	CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA* (20139595000178)	1,89%	1,27%	2,13%	4,06%
17	SANTANDER TÍTULOS PÚBLICOS PREMIUM FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	0,03%	1,14%	0,03%	3,22%
	2 - POR ARTIGO DA 4963				
18	art. 10 I - res. 4963_2021	5,89%	-0,71%	7,11%	-1,19%
19	art. 7 I a - res. 4963_2021	1,89%	1,29%	2,14%	4,13%
20	art. 7 I b - res. 4963_2021	0,70%	1,21%	1,20%	3,80%
21	art. 7 III a - res. 4963_2021	0,53%	1,35%	0,62%	3,23%
22	art. 8 I - res. 4963_2021	20,98%	-2,99%	21,30%	-8,39%
23	art. 9 II - res. 4963_2021	12,57%	-1,14%	14,64%	1,43%
24	art. 9 III - res. 4963_2021	16,31%	2,33%	17,26%	6,37%
	3 - POR SEGMENTO				
25	EXTERIOR	13,79%	0,88%	15,30%	4,28%
26	MULTIMERCADO	5,89%	-0,71%	7,11%	-1,19%
27	RENDA FIXA	0,76%	1,25%	1,10%	3,69%
28	RENDA VARIÁVEL	20,98%	-2,99%	21,30%	-8,39%

:: GRÁFICO

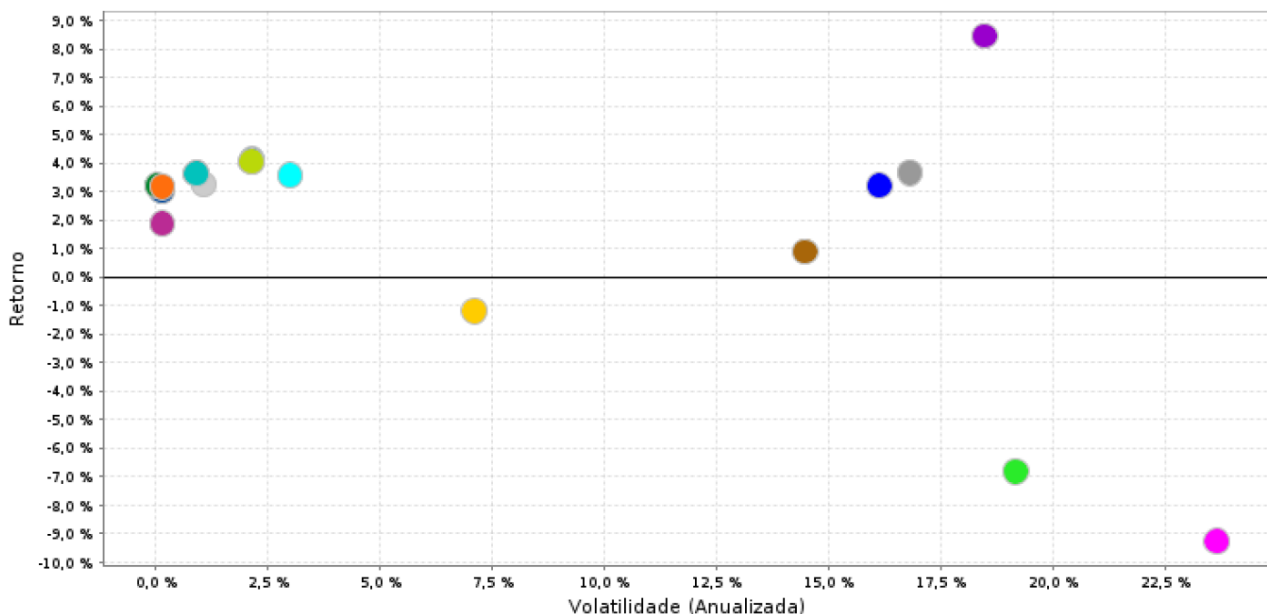
Risco X Retorno de 02/01/2023 até 31/03/2023 (diária)



Ativo	Retorno	Volatilidade (Anualizada)
art. 10 I - res. 4963_2021	-1,19 %	7,11 %
art. 7 I a - res. 4963_2021	4,13 %	2,14 %
art. 7 I b - res. 4963_2021	3,80 %	1,20 %
art. 7 III a - res. 4963_2021	3,23 %	0,62 %
art. 8 I - res. 4963_2021	-8,39 %	21,30 %
art. 9 II - res. 4963_2021	1,43 %	14,64 %
art. 9 III - res. 4963_2021	6,37 %	17,26 %
Portfólio Carteira IPMU 2023	3,15 %	1,58 %
CDI	3,25 %	0,00 %

:: GRÁFICO

Risco X Retorno de 02/01/2023 até 31/03/2023 (diária)

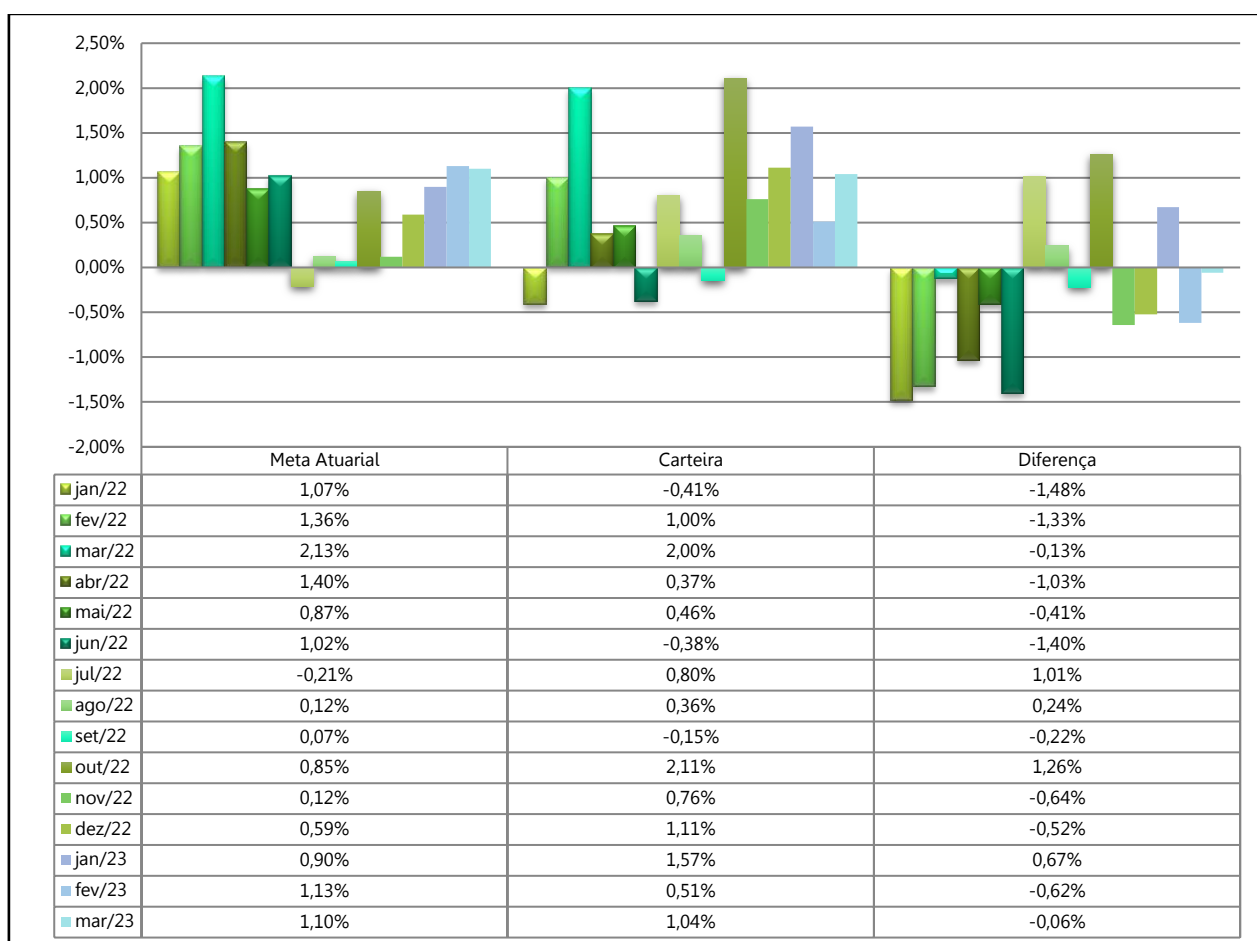


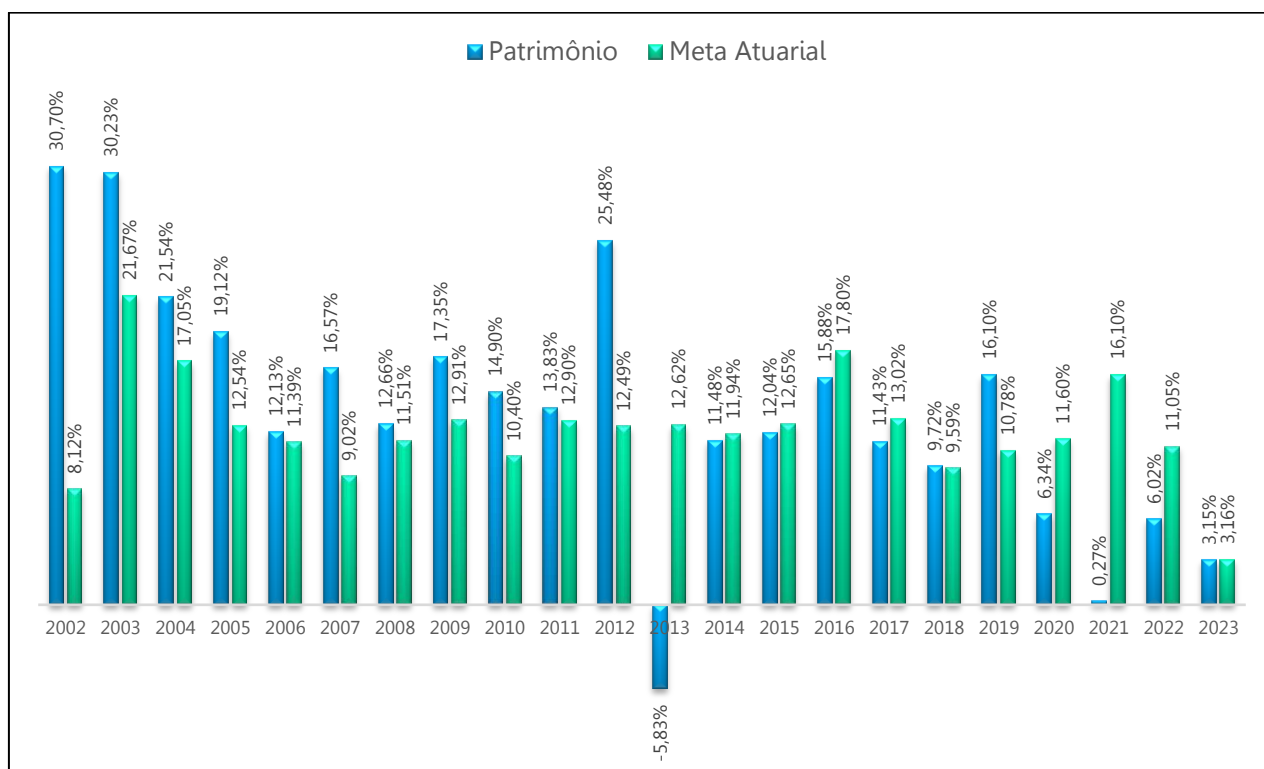
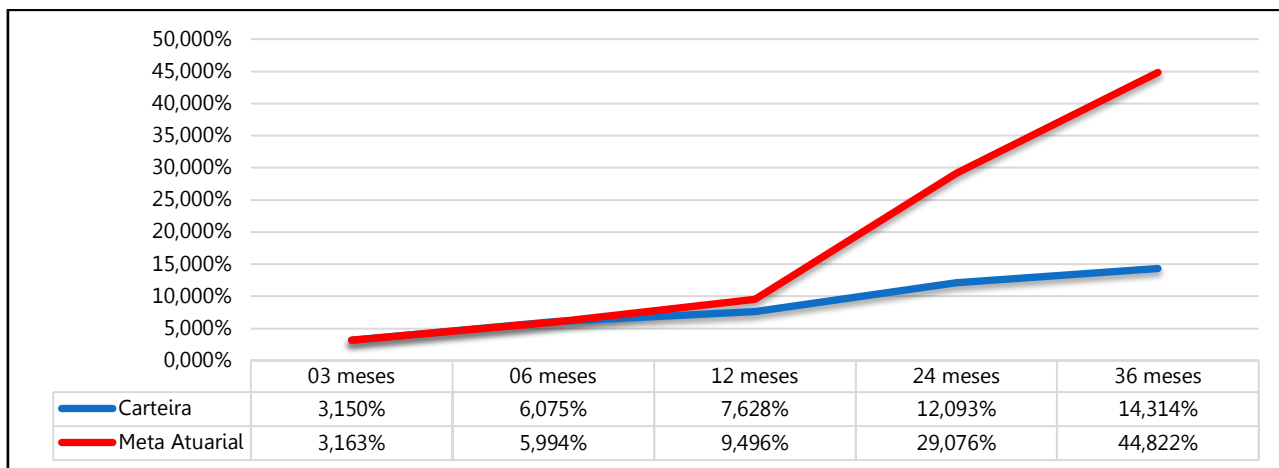
Ativo	Retorno	Volatilidade (Anualizada)
BB AÇÕES ESG GLOBAIS IS FIC AÇÕES BDR NÍVEL I	3,21 %	16,14 %
BB RETORNO TOTAL FIC AÇÕES	-6,82 %	19,18 %
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	3,64 %	0,90 %
BB TÍTULOS PÚBLICOS XXI FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	4,06 %	2,13 %
BRADERCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	3,57 %	2,99 %
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV FIC MULTIMERCADO	-1,19 %	7,11 %
CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I	8,45 %	18,48 %
CAIXA MULTIGESTOR GLOBAL EQUITIES INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC MULTIMERCADO	3,66 %	16,82 %
CAIXA SMALL CAPS ATIVO FI AÇÕES	-9,25 %	23,66 %
ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	3,11 %	0,15 %
SANTANDER ATIVO FIC RENDA FIXA	3,26 %	1,06 %
SANTANDER GLOBAL EQUITIES DÓLAR MASTER INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC MULTIMERCADO	0,90 %	14,48 %
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	3,02 %	0,13 %
SANTANDER TÍTULOS PÚBLICOS PREMIUM FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	3,22 %	0,03 %
INPC	1,88 %	0,14 %
Meta Atuarial 2023 - Índice INPC +5,150%	3,17 %	0,14 %
NTN-B 760199 20240815	4,13 %	2,14 %
CAIXA BRASIL 2023 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA* (44683378000102)	3,63 %	0,90 %
CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA* (20139595000178)	4,06 %	2,13 %

9. – Meta Atuarial

A Portaria MF nº 464/2018, que estabelece as normas aplicáveis às avaliações atuariais dos RPPSs, determina que a taxa atuarial de juros a ser utilizadas nas Avaliações Atuariais seja o menor percentual dentre o valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos dos ativos e a taxa de juros parâmetro. **Meta atuarial** é a rentabilidade mínima que um RPPS precisa auferir para que não haja perdas atuariais causadas pelo descasamento entre a hipótese utilizada (taxa de juros atuarial) e a rentabilidade alcançada.

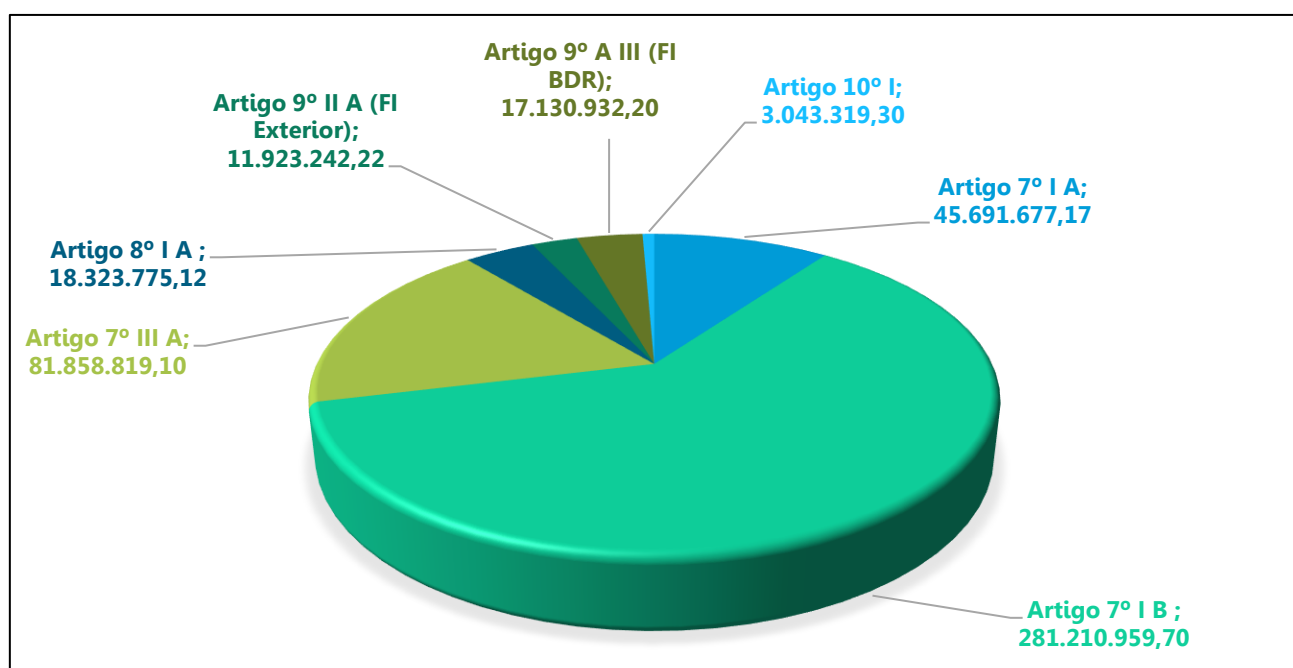
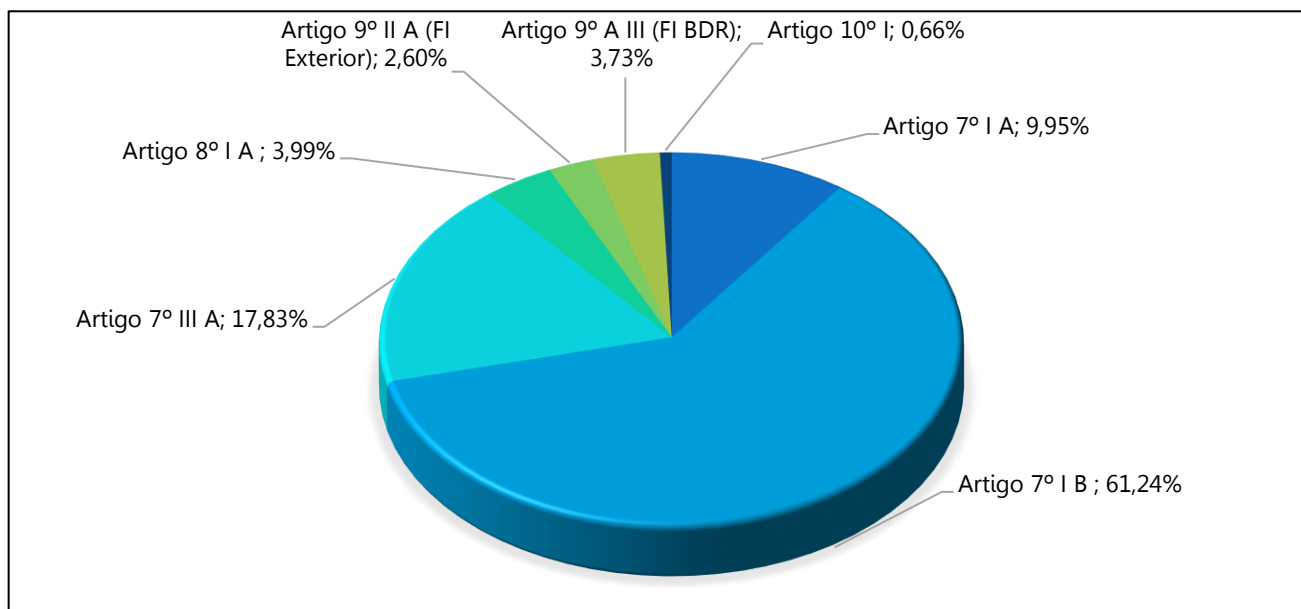
Para o exercício de 2023, considerando o resultado da duração o passivo do IPMU a taxa de juros definida é de **5,15% + INPC**.

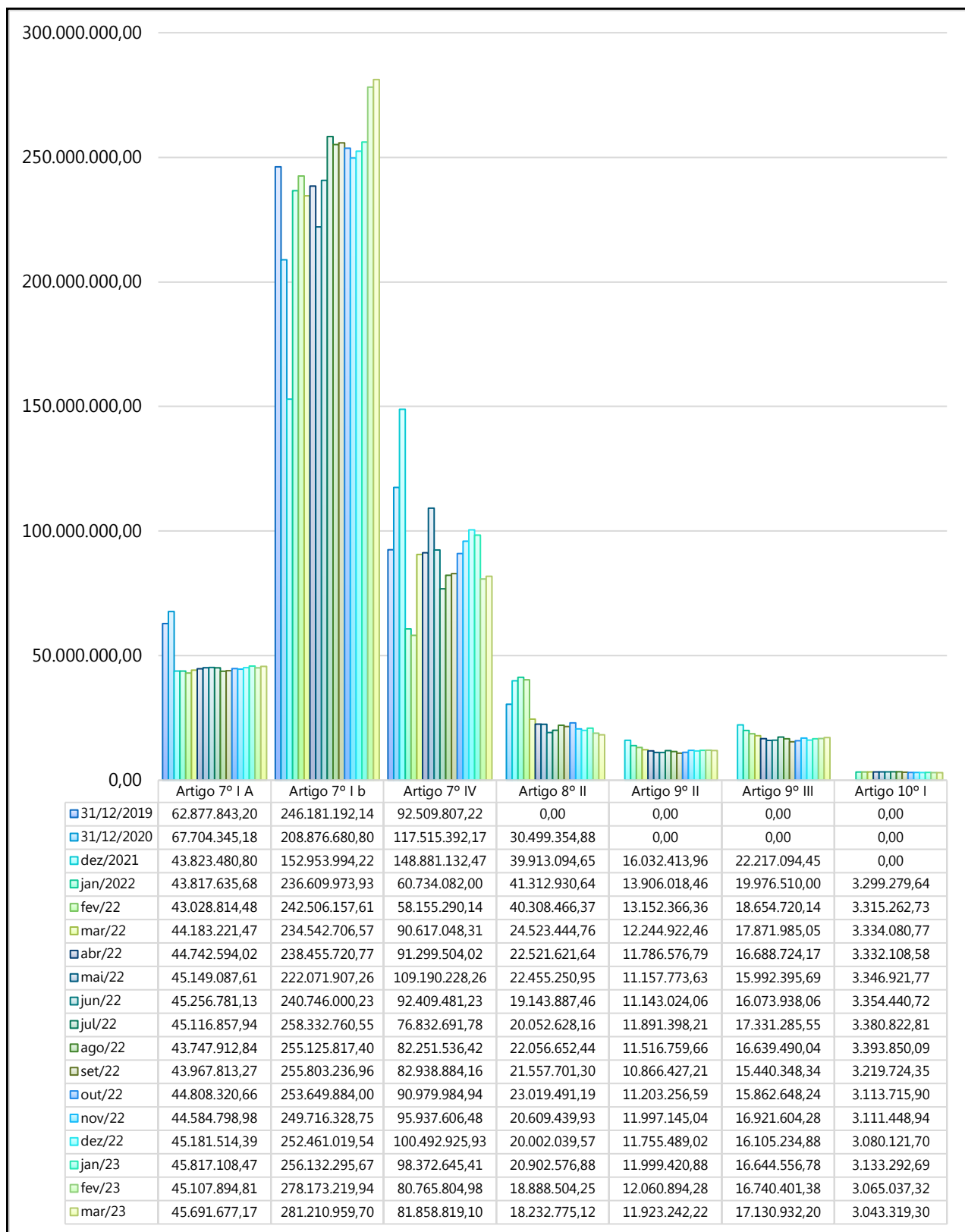




10. – Enquadramento

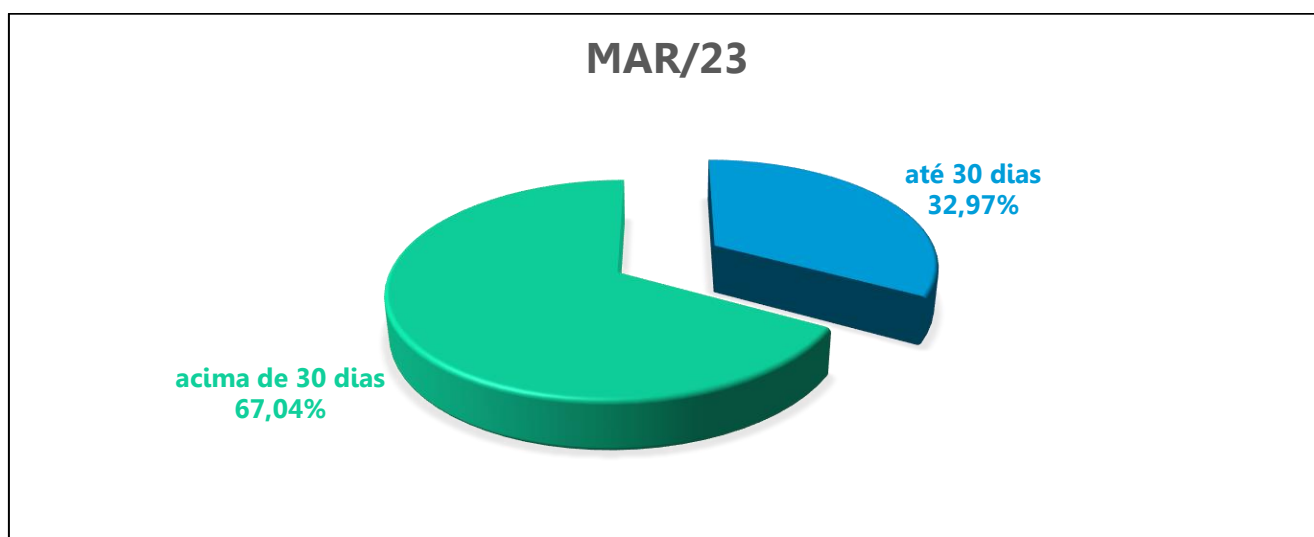
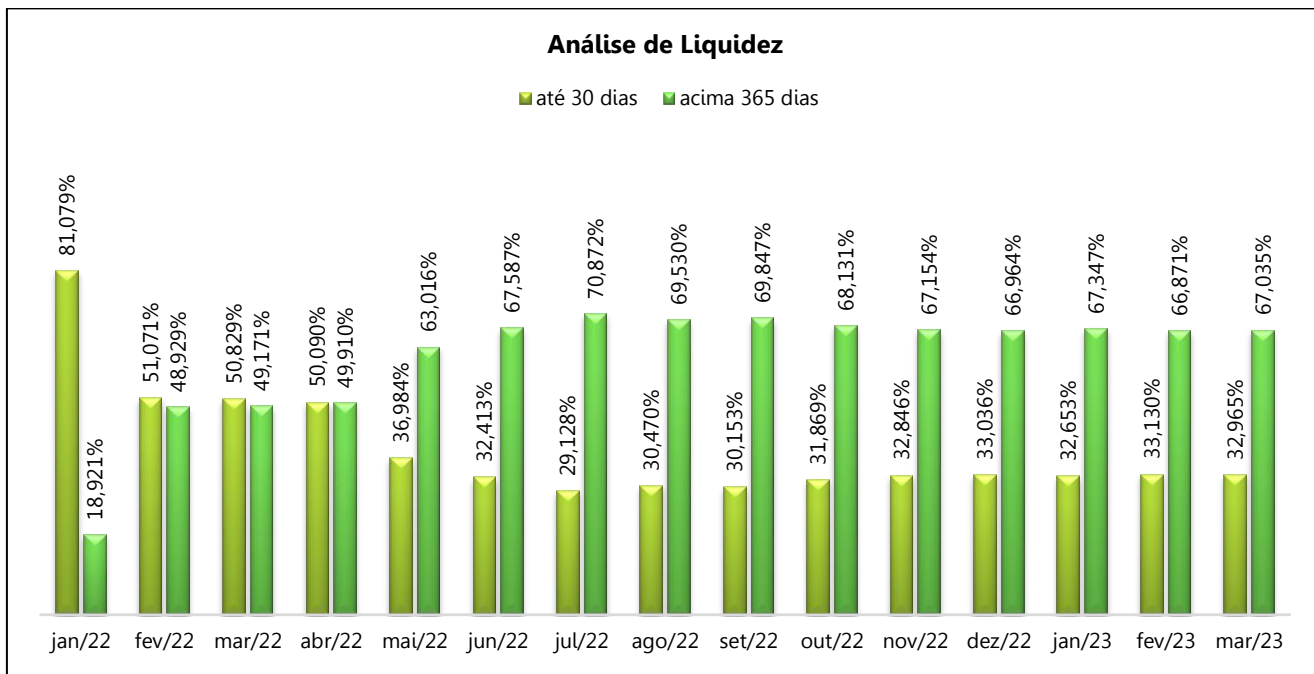
Com relação ao enquadramento, os recursos do IPMU estão corretamente distribuídos conforme os artigos da Resolução 4963/2021. Os investimentos também estão distribuídos em atendimento aos limites estabelecidos na Política de Investimentos elaborada pelo Comitê de Investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração e ratificada pelo Comitê de Investimentos. O controle desse risco é feito por meio do acompanhamento dos relatórios de investimentos e a mudança de posição se fará de forma a minimizar perdas de rentabilidade.





11. – Análise de Liquidez

Liquidez, em contabilidade, corresponde à velocidade e facilidade com a qual um ativo pode ser convertido em caixa. Na realidade, a liquidez possui duas dimensões: facilidade de conversão versus perda de valor. Qualquer ativo pode ser convertido em caixa rapidamente, desde que se reduza suficientemente o preço.



12. – Alocação por gestor

Para a diversificação de ativos, a Política de Investimentos para 2022 estabelece que o IPMU deverá manter seus recursos em no mínimo 03 (três) e no máximo 12 (doze) instituições financeiras, devidamente autorizadas a funcionar no País pelo Banco Central do Brasil, cujos gestores e administradores figurem entre os 10 (dez) primeiros colocados no ranking da Anbima – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capital, não ocorrendo limitação de alocação por gestor/administrador.

Os recursos aplicados pelo IPMU distribuem-se entre instituições financeiras objeto de prévio credenciamento, que atendem aos parâmetros traçados pela Resolução CMN nº 3.922/10 e suas atualizações e pela Portaria MPS nº 519/11.

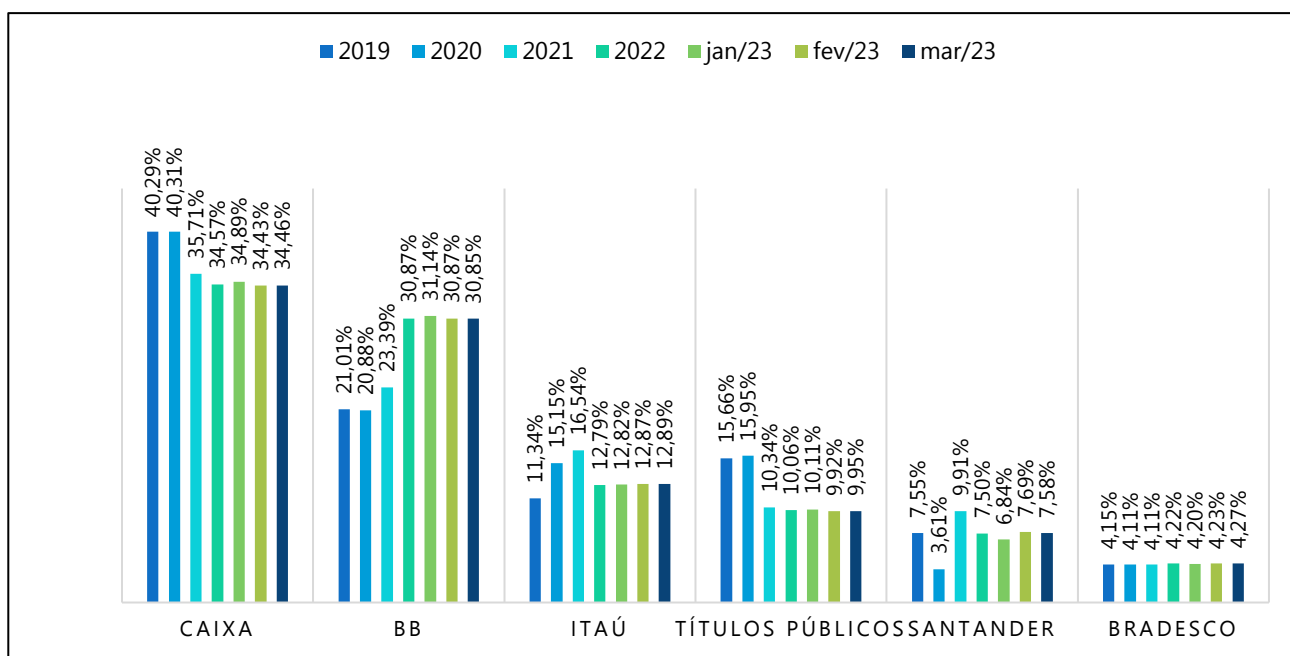
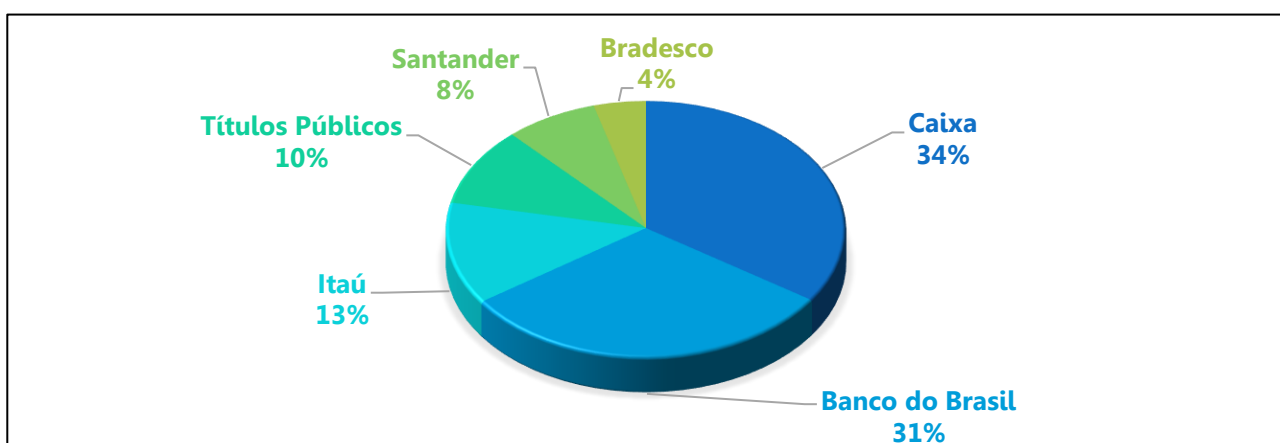
Todas as Instituições Financeiras Credenciadas pelo IPMU estão publicadas no site institucional e podem ser acessadas através do endereço eletrônico:

<https://ipmu.com.br/site/comite-de-investimentos/credenciamento-de-instituicoes-para-investimentos/>

https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/ranking/fundos-de-investimento/administradores.htm

https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/ranking/fundos-de-investimento/gestores.htm

https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/ranking/fundos-de-investimento/global.htm



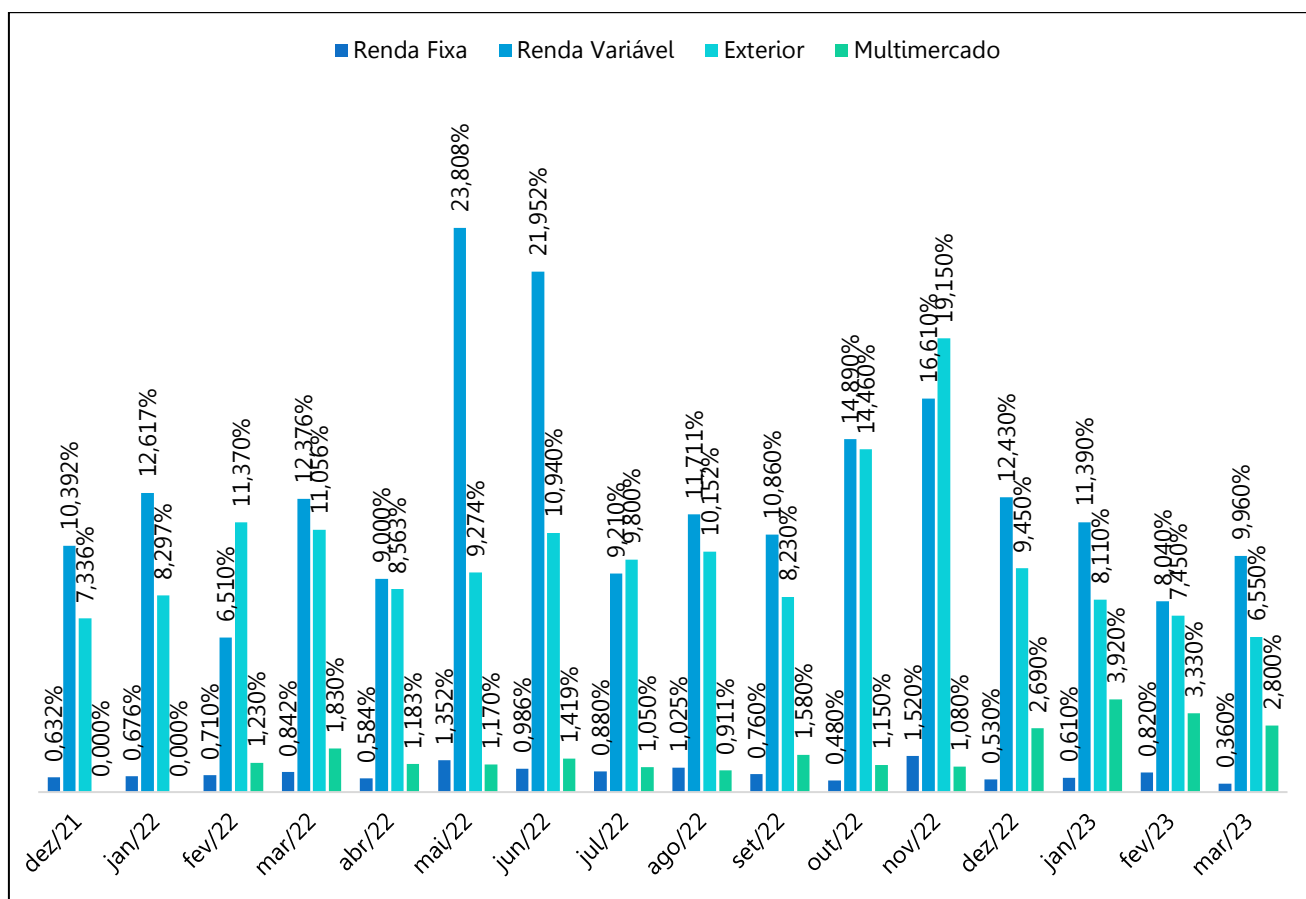
13. – Value at Risk

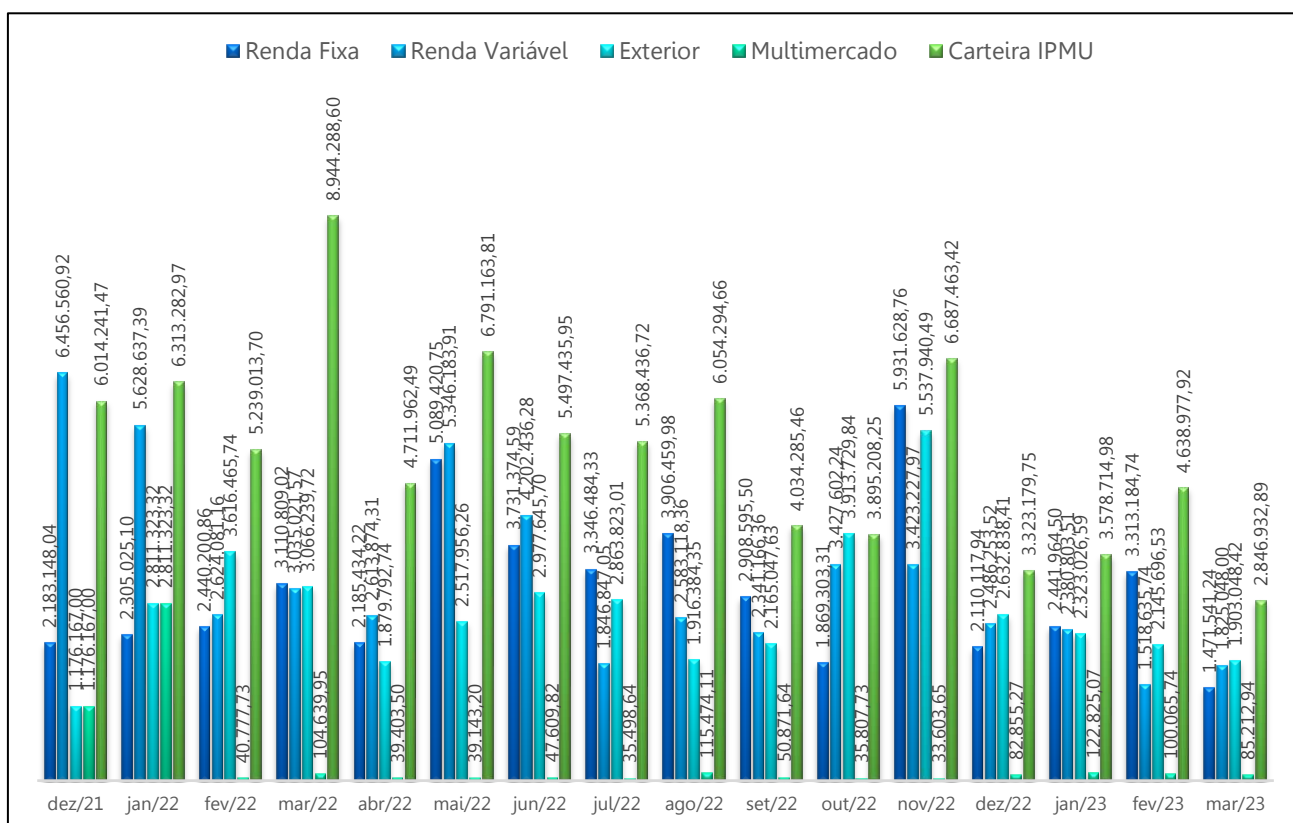
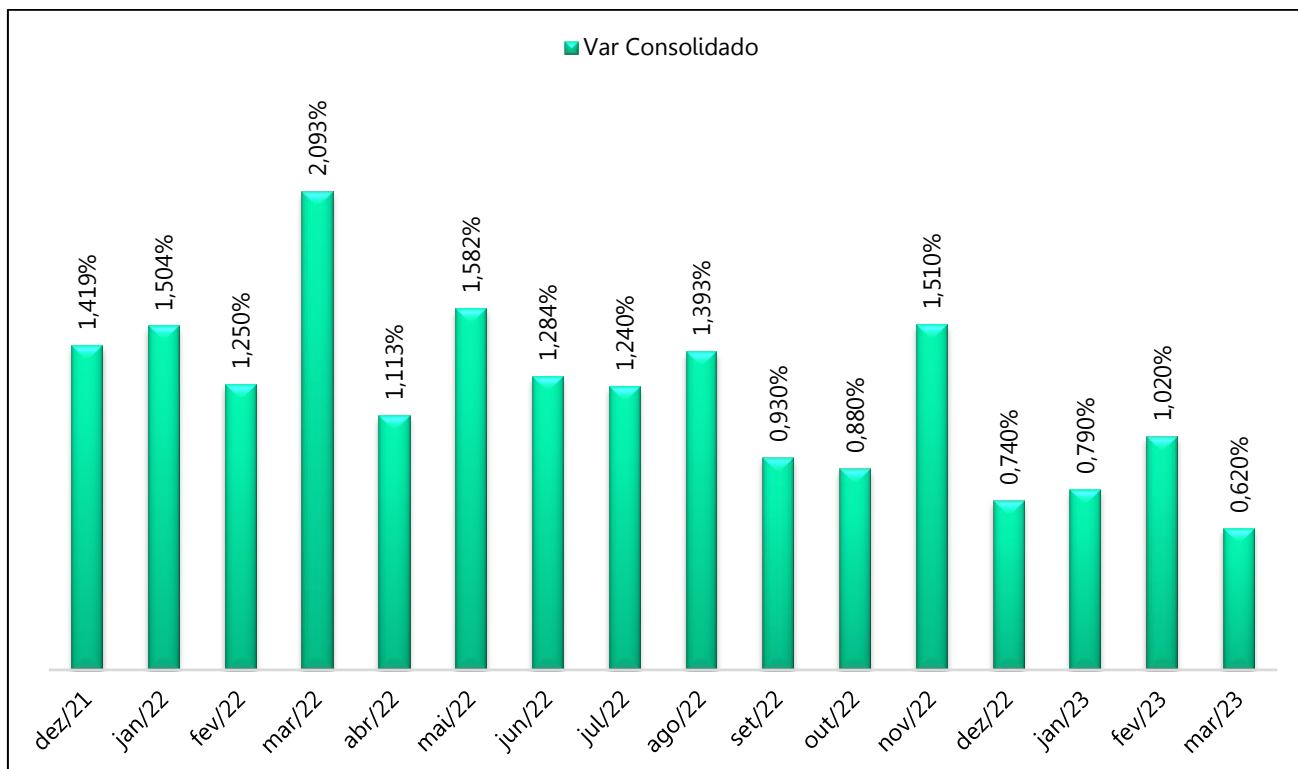
O VaR - Value at Risk, é um indicador de risco que estima a perda potencial máxima de um investimento para um período de tempo, com um determinado intervalo de confiança. Através de um cálculo estatístico, o VaR mostra a exposição ao risco financeiro que um ou mais ativos possuem em determinado dia, semana ou mês.

Sintetiza a maior perda esperada para a Carteira no intervalo de um dia. Seu cálculo baseia-se na média e no desvio padrão dos retornos diários da Carteira, e supõe que estes seguem uma distribuição normal.

O VaR da carteira de investimentos no segmento de renda fixa e no segmento de renda variável estão em conformidade com as estratégias de risco traçadas na Política de Investimentos – PAI 2021.

O VaR apresentado pela carteira de investimentos do IPMU (quando a análise recai em nos fundos de investimentos de maneira individual) é reflexo das oscilações do mercado, mantendo-se a volatilidade e suas incertezas. Observamos os reflexos da oscilação do mercado, com alguns retornos negativos, tantos nos fundos de renda fixa quanto nos fundos de renda variável. Apesar disso, há um leve otimismo quanto a retomada, podendo proporcionar maior rentabilidade para os investimentos do IPMU.





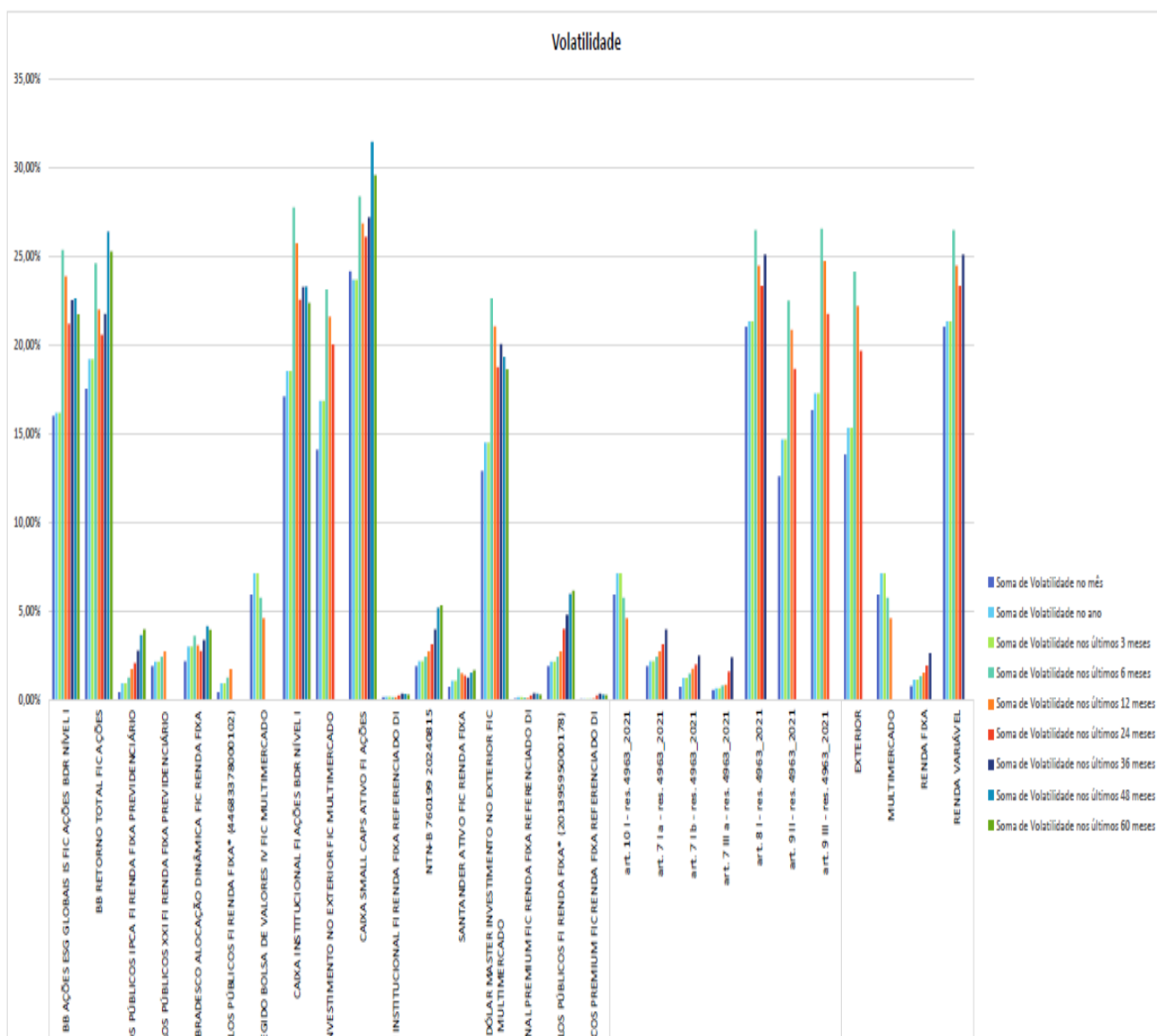
14. – Índice de Sharp

O **Índice de Sharpe** é um indicador que leva em consideração a relação entre duas variáveis de grande importância nos investimentos: Risco e Retorno. Esse índice mostra a eficiência do gestor de um fundo de investimento, por exemplo, ao apresentar o quanto de risco a mais ele precisa se expor para obter mais rendimento. Ao ser necessário assumir mais risco para alcançar um mesmo rendimento de um investimento menos arriscado, admite-se que a eficiência nesse caso está comprometida.

31/03/2023	Sharpe -		Sharpe -		Saldo Consolidado
	Retorno no mês	Selic no mês	Retorno no ano	Selic no ano	
1 - ATIVOS					
BB AÇÕES ESG GLOBAIS IS FIC AÇÕES BDR NÍVEL I	1,00%	-0,01	3,21%	-0,00	6.611.392,38
BB RETORNO TOTAL FIC AÇÕES	-4,98%	-0,36	-6,82%	-0,53	6.600.590,37
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,18%	0,02	3,64%	0,44	77.184.899,39
BB TÍTULOS PÚBLICOS XXI FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,27%	0,05	4,06%	0,38	51.248.158,25
BRDESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	2,06%	0,42	3,57%	0,11	19.613.878,24
CAIXA BRASIL 2023 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA* (44683378000102)	1,18%	0,01	3,63%	0,42	79.809.687,74
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV FIC MULTIMERCADO	-0,71%	-0,33	-1,19%	-0,63	3.043.319,30
CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I	3,19%	0,12	8,45%	0,28	10.519.539,82
CAIXA MULTIGESTOR GLOBAL EQUITIES INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC MULTIMERCADO	0,09%	-0,08	3,66%	0,02	2.314.487,68
CAIXA SMALL CAPS ATIVO FI AÇÕES	-1,83%	-0,13	-9,25%	-0,53	11.723.184,75
ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	1,12%	-0,42	3,11%	-0,98	59.200.807,32
NTN-B 760199 20240815	1,29%	0,06	4,13%	0,41	45.691.677,17
SANTANDER ATIVO FIC RENDA FIXA	1,31%	0,20	3,26%	0,00	3.044.133,54
SANTANDER GLOBAL EQUITIES DÓLAR MASTER INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC MULTIMERCADO	-1,43%	-0,21	0,90%	-0,16	9.608.754,54
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	1,13%	-0,78	3,02%	-1,85	-
CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA* (20139595000178)	1,27%	0,05	4,06%	0,38	50.833.791,12
SANTANDER TÍTULOS PÚBLICOS PREMIUM FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	1,14%	-1,08	3,22%	-1,05	22.134.423,20
4 - Consolidado					
Portfólio Carteira IPMU 2023	1,04%	-0,11	3,15%	-0,06	459.182.724,81

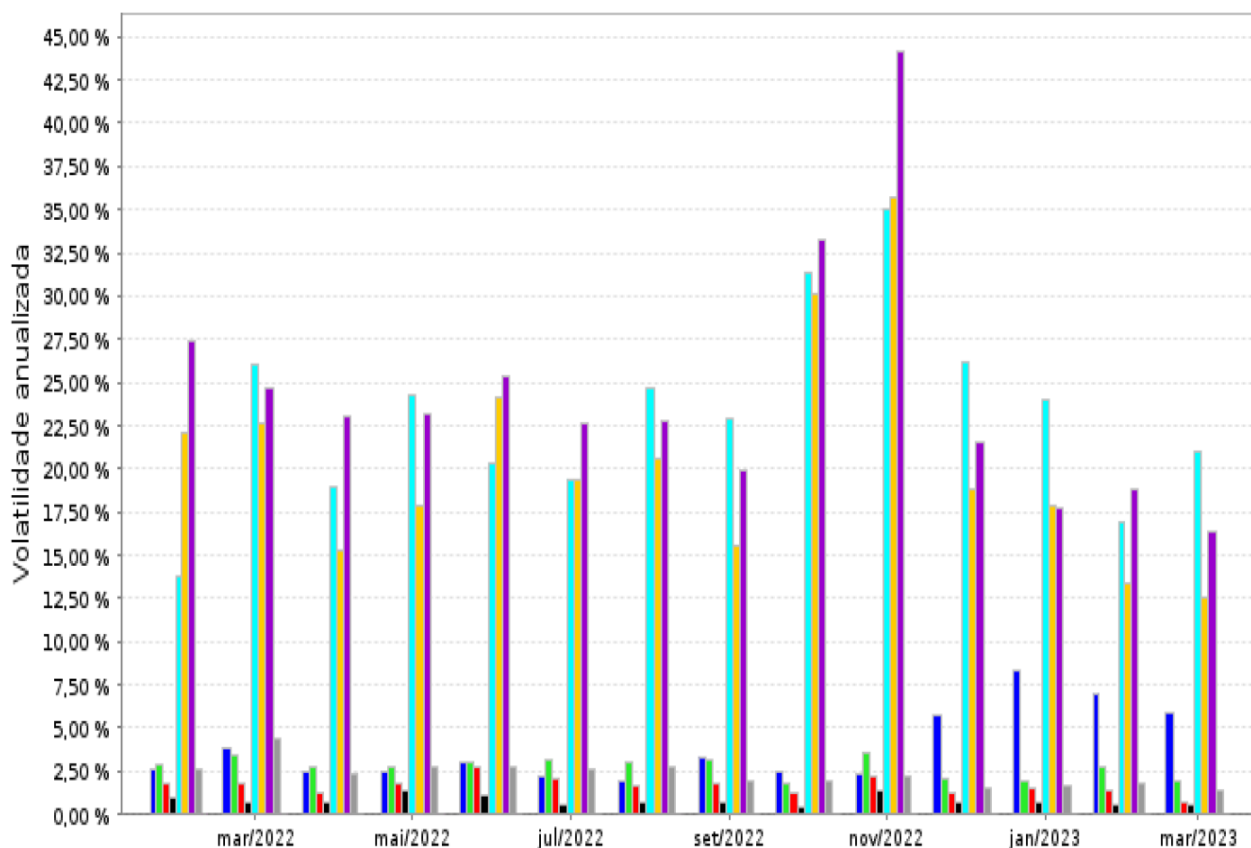
15. – Volatilidade

A **volatilidade** é uma medida estática que mede o risco de um ativo, de acordo com a intensidade frequência de sua oscilação de preço em um determinado período. Por meio dela, é possível entender o histórico de um ativo, qual a probabilidade de ele subir ou cair, de acordo com o período preestabelecido, e qual será a estimativa de oscilação do seu preço no futuro. Se o preço de um ativo for muito volátil, por exemplo, é sinal de que sua cotação, em relação às flutuações do mercado, oscila muito, tornando sua compra arriscada, mas, por outro lado, proporciona maior possibilidade de lucro no curtíssimo prazo.



:: GRÁFICO

Volatilidade mensal anualizada de Fev/2022 a Mar/2023 (mensal)









Ativo	Retorno	Volatilidade	Mínimo	Máximo
art. 10 I - res. 4963_2021	-8,20 %	4,44 %	1,92 %	8,25 %
art. 7 I a - res. 4963_2021	13,68 %	2,78 %	1,80 %	3,61 %
art. 7 I b - res. 4963_2021	13,88 %	1,75 %	0,70 %	2,67 %
art. 7 III a - res. 4963_2021	14,78 %	0,82 %	0,44 %	1,35 %
art. 8 I - res. 4963_2021	-20,27 %	24,04 %	13,71 %	34,97 %
art. 9 II - res. 4963_2021	-13,48 %	21,01 %	12,57 %	35,69 %
art. 9 III - res. 4963_2021	-13,27 %	24,80 %	16,31 %	44,19 %
Portfólio Carteira IPMU 2023	10,09 %	2,45 %	1,31 %	4,41 %
CDI	15,22 %	0,06 %	0,00 %	0,03 %

16. – Relatório de Verificação de Regularidade

A verificação da regularidade dar-se-á por após consulta ao sítio do Banco Central do Brasil - BACEN, Relação das Instituições Financeiras em Funcionamento Regular no País, Banco Comercial, Múltiplos e Caixa Econômica.

https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/relacao_instituicoes_funcionamento

As instituições financeiras investidas, relacionadas encontram-se registradas e em funcionamento regular, conforme dados do Banco Central do Brasil:

-  BANCO DO BRASIL S.A. (CNPJ 00.000.000/0001-91)
-  BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A (CNPJ 30.822.936/0001-69)
-  CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CNPJ 00.360.305/0001-04)
-  BANCO SANTANDER S.A. (CNPJ 90.400.888/0001-42)
-  BANCO BRADESCO S.A (CNPJ 60.746.948/0001-12)
-  ITAÚ UNIBANCO S.A (CNPJ 60.701.190/0001-04)

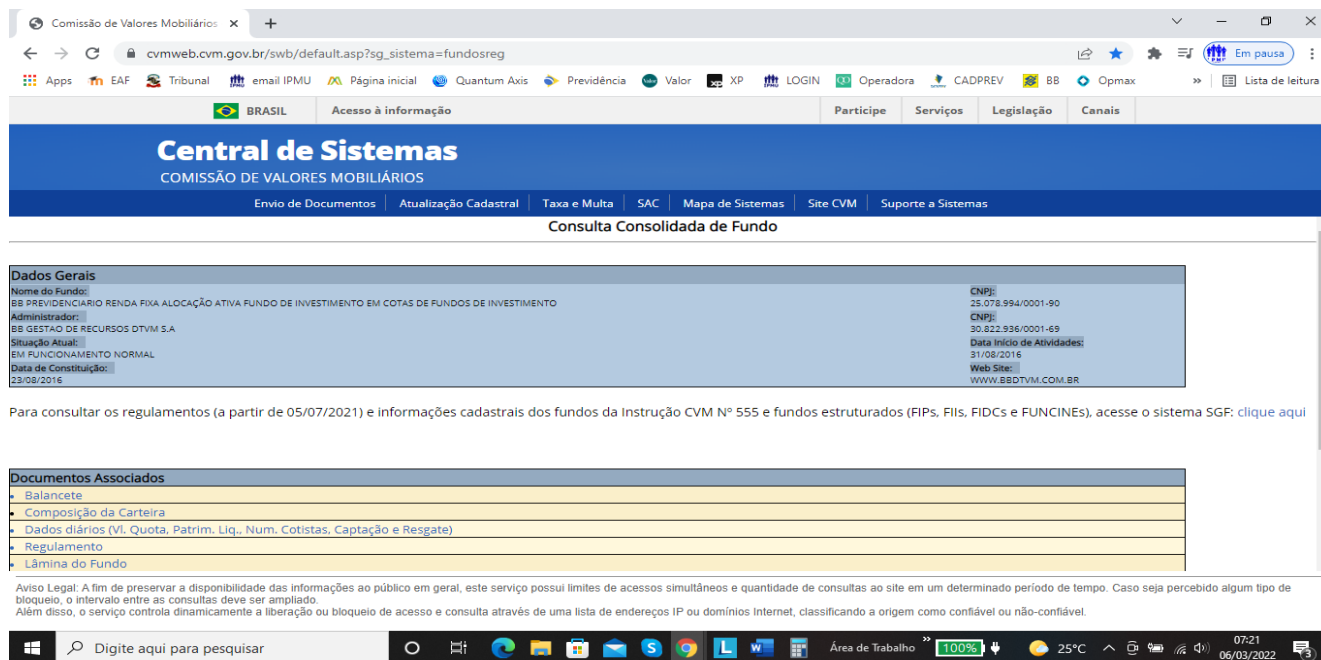
17.– Relatório de Verificação de Lastro

Consulta ao sítio da CVM – Comissão de Valores Mobiliários: composição das carteiras, comparando-se com os respectivos regulamentos e lâminas registradas. No mês em análise, os lastros referentes aos fundos investidos abaixo, estão de acordo com a composição das carteiras aprovadas em seus regulamentos.

<http://conteudo.cvm.gov.br/menu/regulados/fundos/consultas/fundos.html>
https://cvmweb.cvm.gov.br/swb/default.asp?sg_sistema=fundosreg



The screenshot shows the CVM website interface. At the top, there is a navigation bar with links for 'BRASIL', 'CORONAVIRUS (COVID-19)', 'Simplifique!', 'Participe', 'Acesso à informação', 'Legislação', and 'Canais'. Below this is a search bar with the text 'CVM agora é GOV.BR/CVM'. The main content area is titled 'Fundos de Investimento' and includes a brief description of the service, a 'Lembre-se!' section, and two prominent buttons: 'FUNDOS DE INVESTIMENTO REGISTRADOS' and 'FUNDOS DE INVESTIMENTO CANCELADOS'. The page also features a sidebar with links for 'Reuniões do Colegiado' and 'Jurisprudência CVM'.



Dados Gerais

Nome do Fundo: BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA ALOCAÇÃO ATIVA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	CNPJ: 25.078.994/0001-90
Administrador: BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A	CNPJ: 30.822.936/0001-69
Situação Atual: EM FUNCIONAMENTO NORMAL	Data Início de Atividades: 31/08/2016
Data de Constituição: 23/08/2016	Web Site: WWW.BBDTVM.COM.BR

Para consultar os regulamentos (a partir de 05/07/2021) e informações cadastrais dos fundos da Instrução CVM N° 555 e fundos estruturados (FIPs, FILs, FIDCs e FUNCINES), acesse o sistema SGI: clique aqui

Documentos Associados

- Balancete
- Composição da Carteira
- Dados diários (Vl. Quota, Patrim. Liq., Num. Cotistas, Captação e Resgate)
- Regulamento
- Lâmina do Fundo

Aviso Legal: A fim de preservar a disponibilidade das informações ao público em geral, este serviço possui limites de acessos simultâneos e quantidade de consultas ao site em um determinado período de tempo. Caso seja percebido algum tipo de bloqueio, o intervalo entre as consultas deve ser ampliado. Além disso, o serviço controla dinamicamente a liberação ou bloqueio de acesso e consulta através de uma lista de endereços IP ou domínios Internet, classificando a origem como confiável ou não-confiável.

18.– Deliberação Comitê de Investimentos

O **Comitê de Investimentos** do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba - IPMU se reúne ordinariamente uma vez ao mês e extraordinariamente sempre que se faz necessário para tomada de deliberações que sejam urgentes e prementes, com todo cuidado para não negligenciar sua atuação.

Dessa forma, as principais deliberações estão descritas nas Atas e Relatórios Gerenciais dispostas no Portal do IPMU: www.ipmu.com.br.

<https://ipmu.com.br/site/transparencia/atas/investimentos/>
<https://ipmu.com.br/site/financeiro/demonstrativo-financeiro/>

19.– Resgate e Aplicação

As “Aplicações” e os “Resgates” durante o mês foram realizadas em função das deliberações colegiadas tomadas pela governança a fim de proporcionar os ajustes necessários ao momento que atravessamos, bem como para efetuar os pagamentos dos segurados: aposentados, pensionistas, pessoal ativo do instituto e demais obrigações da gestão previdenciária.

As movimentações são detalhadas, por data, fundo e tipo de movimentação, por meio do Formulário legal denominado de: “Autorizações de Aplicação e Resgate – APR” dispostas no Portal do IPMU.

As APRs estão também registradas no Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social do Ministério da Economia – ME / SPREV, onde estão disponibilizados os Demonstrativos de Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR-CADPREV.

<https://ipmu.com.br/site/financeiro/apr/>

20.– Aplicação por fundo de investimentos

Todos os fundos de investimentos estavam enquadrados no limite da proporção de participação do Instituto sobre o patrimônio líquido do fundo. O art. 19 da Resolução CMN n. 4.963/2021 determina que o total das aplicações do RPPS em um mesmo fundo de investimento deverá representar, no máximo, 15% do patrimônio líquido do fundo, subordinando os fundos de renda fixa de crédito privado ao limite de 5% e dispensando do cumprimento do limite os fundos de investimentos que apliquem seus recursos exclusivamente em títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou operações compromissadas lastreadas nesses títulos.

Artigo 7º I B (até 100% PL)	281.210.959,70	Patrimônio	% PL IPMU	Cotista
BB Previdenciário RF TP 2023	77.184.899,39	3.913.191.398,70	1,97%	360
BB Previdenciário RF TP 2024	51.248.158,25	3.204.967.185,63	1,60%	348
Caixa Brasil TP 2023	79.809.687,74	4.218.734.456,39	1,89%	287
Caixa Brasil TP 2024	50.833.791,12	3.501.227.547,95	1,45%	284
Santander RF TP Rer. DI Premium	22.134.423,20	7.680.931.100,40	0,29%	589
Artigo 7º III A (até 60% PL)	81.858.819,10	Patrimônio	% PL IPMU	Cotista
Bradesco FIC FI Alocação	19.613.878,24	673.306.700,21	2,91%	147
Itaú Institucional Renda Fixa Referenciado DI	59.200.807,32	4.244.545.130,14	1,39%	356
Santander RF Ativo (350)	3.044.133,54	284.355.835,81	1,07%	62
Artigo 8º I (até 30% PL)	18.323.775,12	Patrimônio	% PL IPMU	Cotista
BB Ações Retorno Total	6.600.590,37	796.888.791,42	0,83%	31.545
Caixa FI Ações Small Caps	11.723.184,75	506.329.839,46	2,32%	6.356
Artigo 9º II (até 10% PL)	11.923.242,22	Patrimônio	% PL IPMU	Cotista
Caixa Multigestor Equities	2.314.487,68	80.620.924,32	2,87%	705
Santander Global Equiteis	9.608.754,54	855.038.745,62	1,12%	6.113
Artigo 9º III (até 10% PL)	17.130.932,20	Patrimônio	% PL IPMU	Cotista
BB Ações ESG Globais	6.611.392,38	658.756.412,99	1,00%	12.712
Caixa Ações BDR Nível I	10.519.539,82	2.012.391.655,50	0,52%	500
Artigo 10º I (até 10% PL)	3.043.319,30	Patrimônio	% PL IPMU	Cotista
Caixa Capital Protegido Bolsa de Valores IV	3.043.319,30	109.480.777,50	2,78%	83

21.– Fluxo de Caixa e das Aplicações Financeiras

O fluxo de aplicações, resgates e retorno das aplicações financeiras do IPMU ficou distribuída nos seguintes valores ao final do mês de março/2023:

	Fundo	CNPJ	Aplicação	Resgate/Juros	Valorização	Desvalorização	Saldo 03/2023	% PL
2	BB Previdenciário RF TP 2023	15.486.093/0001-83	0,00	0,00	903.379,59	0,00	77.184.899,39	16,81%
3	BB Previdenciário RF TP 2024	44.345.590/0001-60	0,00	0,00	644.496,45	0,00	51.248.158,25	11,16%
4	BB Retorno Total FIC Ações	09.005.805/0001-00	0,00	0,00	0,00	-346.245,95	6.600.590,37	1,44%
5	BB Ações ESG Globais	22.632.237/0001-28	0,00	0,00	65.223,93	0,00	6.611.392,38	1,44%
							141.645.040,39	30,85%
1	Bradesco FIC FI Alocação Dinâmica	28.515.874/0001-09	0,00	0,00	395.938,54	0,00	19.613.878,24	4,27%
1	Caixa Brasil Título Público 2023	44.683.378/0001-02	0,00	0,00	930.969,70	0,00	79.809.687,74	17,38%
2	Caixa Brasil Título Público 2024	20.139.595/0001-78	0,00	0,00	639.470,82	0,00	50.833.791,12	11,07%
5	Caixa FI Ações Small Caps	15.154.220/0001-47	0,00	0,00	0,00	-218.483,18	11.723.184,75	2,55%
6	Caixa FIC FIM Multigestor Global Equities IE	39.528.038/0001-77	0,00	0,00	1.975,09	0,00	2.314.487,68	0,50%
7	Caixa Ações BDR Nível I	17.502.937/0001-68	0,00	0,00	325.306,89	0,00	10.519.539,82	2,29%
8	Caixa Capital Protegido Bolsa de Valores	44.683.343/0001-73	0,00	0,00	0,00	-21.718,02	3.043.319,30	0,66%
							158.244.010,41	34,46%
1	Itaú Institucional Renda Fixa Referenciado DI	00.832.435/0001-00	0,00	0,00	657.636,67	0,00	59.200.807,32	12,89%
1	Santander RF Títulos Públicos Ref. DI Premium (150)	09.577.477/0001-00	3.579.000,00	3.930.000,00	270.423,20	0,00	22.134.423,20	4,82%
2	Santander Ativo Renda Fixa (350)	26.507.132/0001-06	0,00	0,00	39.438,91	0,00	3.044.133,54	0,66%
3	Santander Global Equiteis Dólar Master	17.804.792/0001-50	0,00	0,00	0,00	-139.627,15	9.608.754,54	2,09%
							34.787.311,28	7,58%
1	Carteira de Títulos Públicos 2024		0,00	0,00	583.782,36	0,00	45.691.677,17	9,95%
			3.579.000,00	3.930.000,00	5.458.042,15	-726.074,30	459.182.724,81	
					4.731.967,85			

22.– Conclusão

Este **Relatório Financeiro** tem como objetivo apresentar a evolução patrimonial e os principais aspectos dos investimentos dos recursos financeiros do IPMU (rentabilidade e risco) em consonância com a legislação em vigor e a transparência da gestão.

A estratégia de investimentos adotada pelos responsáveis pela gestão dos recursos financeiros do IPMU tem como ponto central o respeito às condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência dos ativos financeiros a serem escolhidos mediante avaliações criteriosas, tanto quantitativas quanto qualitativas.

O presente Relatório inicia-se por uma breve abordagem acerca do cenário econômico nacional e internacional e segue com o detalhamento da composição da carteira de investimentos do IPMU por classe de ativos, análise dos indicadores, desempenho e risco. Em seguida, apresenta-se a relação analítica dos ativos e os dados referentes ao gerenciamento de riscos, dentre eles a volatilidade, o retorno mensal e a liquidez da carteira, além da aderência à Política de Investimentos. Acompanhamento da rentabilidade e dos riscos das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos do IPMU e da aderência das alocações e processos decisórios de investimento à Política de Investimentos.

O relatório contém seus respectivos valores registrados pela Contabilidade. Foram analisadas a legalidade e a conformidade com a **Política de Investimentos – PAI 2023**, refletindo as movimentações financeiras que atenderam aos requisitos legais e que atende às necessidades da gestão dos investimentos.

O IPMU busca rentabilidade ainda que moderada, sem expor o patrimônio a maiores riscos. Consequentemente, os recursos estão alocados em fundos de investimentos de renda fixa e renda variável de grau de risco “muito baixo/baixo/médio”. Carteira de investimentos com perfil “Moderado” com “Tendência Conservadora” busca manter a maior parte dos investimentos em fundos que tendem a ter retornos positivos, direcionando um percentual para aplicação em fundos com mais riscos que tendem a ter maiores retornos, na busca de cumprir a Meta Atuarial (equilíbrio atuarial e financeiro) para assegurar o pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão.

A **Carteira de Investimentos** do IPMU, que reflete as decisões de investimentos e alocações deliberadas pelo Comitê de Investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração e ratificada pelos membros do Conselho Fiscal.

O IPMU mantém seus investimentos de acordo com a Política de Investimentos-2023, com aplicações de acordo com a Resolução 4963/2021 e seus enquadramentos em fundos de investimentos de renda fixa, renda variável e investimento no exterior, com Perfil Moderado/Conservador, optando por mais segurança, com baixo risco de crédito, com maior objetivo de vencer a crise do coronavírus, mantendo os recursos do IPMU com maior segurança.

As **alocações dos recursos do IPMU** encontram-se em sintonia com as melhores práticas de gestão financeira do mercado para este segmento, considerando que a performance geral da autarquia acompanhou o desempenho do mercado financeiro, diversificada em fundos de investimentos e carteira de Títulos Públicos com vencimento para 2024. A diversificação busca evitar que a rentabilidade esteja exposta ao mesmo tipo de risco, com estratégias em diferentes indexadores para proporcionar o equilíbrio necessário à segurança, liquidez, reduzindo o risco consolidado nos investimentos.

As aplicações financeiras estavam totalmente enquadradas nos limites segmentares determinados na Resolução CMN n. 4.963/2021 para os RPPS, bem como os determinados na Política de Investimentos para o exercício de 2023.

O monitoramento dos indicadores de risco dos fundos que compunham a carteira de investimentos do IPMU em **31/03/2023** estavam adequados às classes de ativos nos quais investiam. O retorno do patrimônio no mês foi de **R\$ 4.731.967,85** (quatro milhões setecentos e trinta e um mil novecentos e sessenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) o que representa uma rentabilidade no mês de **1,04%**. Ao final do mês, a posição do patrimônio dentre os gestores se mostrava adequadamente diversificada em **05 gestores**, sendo os gestores mais concentrados compostos exclusivamente de instituições financeiras integrantes dos conglomerados financeiros enquadrados no segmento de maior regulação prudencial pelo Banco Central naquela data.

Os **riscos da carteira de investimentos do IPMU** permanecem elevados na medida em que segue o cenário de fortes oscilações das cotações das ações e dos preços dos ativos de emissores públicos e privados. No tocante ao risco de crédito na medida em que há uma concentração dos recursos investidos em fundos com carteiras formadas exclusivamente por títulos públicos federais, podemos afirmar que este fator de risco foi bem gerenciado.

Estratégia de Investimentos:

Juro elevado e cenário incerto mantêm o IPMU na renda fixa. Com uma postura mais conservadora e seus ativos de investimento concentrados em **89,02% na renda fixa**, o IPMU enfrenta o desafio de um cenário ainda incerto e vê com pouco otimismo o espaço para redução do juro pelo Banco Central diante das pressões inflacionárias. Vivemos hoje uma realidade de alocação concentrada na renda fixa, principalmente títulos públicos, que é o mais indicado para superarmos a nossa meta atuarial (INPC + 5,15%). Com relação a “bolsa”, posição neutra, sem comprar ou vender nada porque, embora o mercado acredite que possa haver valorização, ainda vemos um cenário desafiador, com muitas dúvidas. O mês de janeiro foi bom para a bolsa, mas fevereiro veio como um balde de água fria e será preciso aguardar pelas mudanças que serão feitas pelo governo antes de mudar a postura mais conservadora. Há uma queda de braço entre o governo e o Banco Central para reduzir a taxa Selic mas não somos muito otimistas. Há espaço para reduzir gradualmente a taxa, mas o Banco Central precisa estar atento à inflação, o que não é tão simples como pode parecer.

Em **renda fixa**, reforço no posicionamento de exposição positiva em ativos indexados à inflação e curto prazo (fundos atrelados à taxa DI), buscando capturar as oportunidades de prêmio na curva de juros. Para **Renda Variável**, continuar acompanhando o mercado, sem movimentação, considerando a volatilidade nos últimos meses, em consequência, desvalorização dos fundos. Em **Investimento no exterior**, manutenção da exposição sem novos aportes, diante da grande volatilidade desde o início de 2022.

Ubatuba, 24 de abril de 2023

Sirleide da Silva
Presidente do Instituto de Previdência
Municipal de Ubatuba
CG RPPS CGINV I
CPA 10

Fernando Augusto Matsumoto
Diretor Financeiro do Instituto de
Previdência Municipal de Ubatuba
CG RPPS CGINV I
CPA 10

Wellington Diniz
Gestor de Recursos
CG RPPS CGINV II
CPA 20